

## 5

### Como se escreveu a história fluminense entre as décadas de 1930 e 1950

No capítulo anterior destaquei o interesse da administração amaralista em firmar-se como regeneradora político-econômica do Estado do Rio de Janeiro. Tal projeto investiu na formação de um grupo político que desse sustentação ao interventor; em iniciativas públicas que criassem condições infra-estruturais para o soerguimento da economia fluminense; e, por fim, na construção da imagem de Amaral Peixoto como governante incentivador do resgate, da preservação e da divulgação das tradições locais. Foi nesse contexto que houve um *boom* editorial de obras sobre o estado, em grande parte incentivado pela administração amaralista. Neste capítulo continuamos a análise, parcialmente realizada no anterior, de como a história fluminense associava-se ao projeto implementado por Amaral Peixoto entre as décadas de 1930 e 1950 no estado do Rio de Janeiro, através da análise dos autores e das obras historiográficas produzidas no período.

Através da investigação das biografias dos historiadores analisados, pretende-se compreender os usos políticos do discurso histórico no estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Investiguei quem eram os autores, as casas editoras, a rede de sociabilidade em que estavam envolvidos e que lhes configurava o pensamento. Esses caminhos trilhados demonstraram a associação dos letrados aos projetos políticos em voga, ora fazendo parte da estrutura administrativa, reorganizada por Amaral Peixoto para sua gestão, ora compartilhando ideias sobre a história e a identidade local. O endosso oficial é observado através da concessão de prêmios e pela publicação de várias obras pela Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, ou subsidiada pelas municipalidades ou pelo Estado.

Na segunda parte deste capítulo realizo a caracterização dessa produção: o que era compreendido como a tarefa do historiador, quais eram os elementos destacados, as cronologias e periodizações estabelecidas, as concepções acerca das fontes documentais, os acervos reconhecidos e a apropriação de conhecimentos de outros campos (literário, geográfico, estatístico) para a construção do discurso histórico.

## 5.1

### Os historiadores

Michel de Certeau ressaltou que, para compreender a *operação historiográfica*, é necessário pensar o lugar do autor, lugar conformado por vários interesses, entre os quais os pessoais e os profissionais/institucionais<sup>358</sup>. Estes interesses geram uma série de características que podem explicar os ditos e os não ditos, os silêncios presentes na construção do texto histórico<sup>359</sup>.

A seleção dos 20 autores, que escreveram sobre o estado do Rio de Janeiro durante as décadas de 1930 e 1950, não foi tarefa fácil. Não havia, no período em questão, uma instituição consagrada como um Instituto Histórico local. O Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio de Janeiro teve uma efêmera existência no início do século XX (1909-1918) e os registros das suas atividades estão dispersos nos periódicos da antiga capital fluminense, tendo a sua documentação se perdido<sup>360</sup>. O Instituto Histórico da capital do estado só se formou em 1973 em um outro contexto.<sup>361</sup> O critério da formação no ofício também não é válido, pois os primeiros cursos universitários de história surgem nesse período.

Qual foi então o critério utilizado para a seleção? Como destaca Foucault, um autor não é apenas o que escreve um texto em determinados cânones, mas é também aquele que assim é reconhecido como tal<sup>362</sup>. A seleção efetuada levou em consideração essa questão. Tal reconhecimento era expresso de variadas formas. Quando um autor citava as obras de outro como livros de história o reconhecia como um par. Em discursos de posse e recepção de novos imortais nas Academias de Letras, também se expressavam no reconhecimento de sua produção como obra historiográfica. Outra fonte são os escritos obituários, em que são traçadas as principais atividades do morto.

<sup>358</sup> Michel de Certeau. A operação histórica. In: Jacques Le Goff e Pierre Nora. **História. Novos problemas**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 17-48.

<sup>359</sup> Marc Ferro. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 41-46.

<sup>360</sup> Wanderlino Teixeira Leite Neto. **Passeio das Letras na taba de Araribóia**. A literatura em Niterói no século XX. Niterói: Niterói Livros, 2003. p. 32-33. e Carlos Wehrs. **Capítulos da memória niteroiense**. 2ª ed. Niterói: Niterói Livros, 2002. p. 271-274.

<sup>361</sup> É provável que a fundação do Instituto Histórico de Niterói haja se dado em 1973 como fruto dos debates acerca da fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Niterói deixaria a condição de capital gerando assim uma crise de identidade na cidade o que ensejou a criação de uma *Casa da Memória* local. Não avançamos no desenvolvimento dessa hipótese, pois não se trata de nosso objeto de pesquisa neste momento. Um panorama factual das ações do Instituto Histórico de Niterói foi realizado pelo presidente da instituição em celebração aos seus trinta anos de existência. Cf. Salvador Mata e Silva. Trinta anos de IHGN. In: **Cadernos do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói**. Trinta anos do Instituto Histórico de Niterói. N.º 06. Niterói, 2003. p. 19-23.

<sup>362</sup> Michel Foucault. **O que é um autor?**. S/I: Passagens, 1992. p. 29-87.

Além de índices para seleção dos historiadores, tais escritos são tomados como fontes biográficas que nos permitem traçar um perfil da geração de historiadores que escreveram no período. Tais fontes, no entanto, perfazem um conjunto muito díspar. Foram reunidos desde pequenas notas biográficas em livros sobre os personagens de uma localidade e obituários jornalísticos, até elogios acadêmicos e processos de admissão de sócios no IHGB<sup>363</sup>. Os registros pessoais, como diários, livros de memórias ou autobiografias, poderiam fornecer importantes informações e pistas para nosso estudo, mas, de modo geral, os intelectuais fluminenses não se dedicaram a escrever suas memórias. Os poucos registros desse tipo localizados foram utilizados como fonte complementar, levando-se em consideração que seus autores mantiveram relações com o grupo analisado<sup>364</sup>.

Os autores estudados formavam uma geração, pois possuíam o “sentimento de pertencer” a um grupo, em função dos valores compartilhados<sup>365</sup>.

O universo de autores analisados totalizou vinte historiadores e vinte e quatro obras produzidas entre 1934 e 1957. Esse grupo era formado por Antônio Figueira de Almeida, Amaral Barcelos, Arnaldo Pinheiro Bittencourt, Pedro Curio, Acácio Ferreira Dias, Manoel Erthal, Ignácio Raposo, José Mattoso Maia Forte, Leoni Iório, Porphirio Henriques, Alberto Lamego, Alberto Ribeiro Lamego, Luiz Palmier, Myrtaristides de Toledo Piza, Renato Peixoto dos Santos, Benedito Jordão de Souza, Aurélio Stulzer, Armando Vieira, A. Ribeiro Sá e Roberto Pereira dos Santos.

Nos levantamentos biográficos foram localizados dados referentes às datas de nascimento e às origens geográficas de 14 dos historiadores selecionados. Em relação aos dados de nascimento, agrupei-os por décadas na tabela a seguir:

<sup>363</sup> Na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro são encontradas as atas das sessões onde eram apresentadas as qualificações de um candidato e o parecer da Comissão de Admissão de Sócios sobre as obras dos candidatos. A Revista conta ainda com os discursos de posse e recepção, artigos de elogio aos membros e um espaço de obituário de sócios.

<sup>364</sup> Foram encontrados quatro livros de memórias de políticos e intelectuais que pertenciam ao mesmo grupo de sociabilidade que os historiadores analisados: Togo de Barros. **Um pouco de mim, muito dos outros**. Memórias. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 1995. Carlos Couto. **... E não conseguiram me fazer triste**. Descontraído depoimento sobre Nictheroy. Niterói: Niterói Livros, 1995. Marcos Almir Madeira. **Na Província e na Corte**. Memórias. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005. Brígido Tinoco. **O boi e o padre**. Memórias. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1992.

<sup>365</sup> “A geração, no sentido ‘biológico’ é aparentemente um fato natural, mas também um fato cultural, por um lado modelado pelo acontecimento e por outro derivado, às vezes, da auto-representação e da autopromoção: o sentimento de pertencer – ou ter pertencido – a uma faixa etária com forte identidade diferencial. Além disso, é a constatação via no mesmo sentido, a geração é também uma reconstrução do historiador que classifica e rotula”. Jean-François Sirinelli. A Geração. In: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001, p. 126-135.

Década	Quantidade
1871 – 1880	3
1881 – 1890	2
1891 – 1900	6
1901 – 1910	1
1911 – 1920	1
1921 – 1930	1
Não identificados	6

Tabela 2: Historiadores Fluminenses: períodos de nascimento.  
Fonte: Registros biográficos. Cf. Fontes documentais.

Observamos assim que há uma predominância do grupo nascido nas três últimas décadas do século XIX. Foram 11 autores nascidos entre 1871 e 1900, que perfazem 55% do total, contra 3 nascidos entre 1901 e 1930 (15%) e 6 não identificados (30%).

Esse dado é interessante, pois se configura aí um grupo que teve sua infância e adolescência vivenciadas no final do Império e nas primeiras décadas republicanas. Provavelmente cresceram ouvindo as narrativas familiares do período áureo da Velha Província. Por outro lado, aqueles nascidos nas primeiras décadas do século XX tiveram a mesma fase marcada pelos dissabores do regime republicano em que o estado não conseguira se reprojeter no concerto nacional. Tanto uns como outros evocavam, em seus escritos, a imagem da Velha Província, período de pujança política e econômica da região, época, para muitos, não vivenciada, mas idealizada como uma Idade de Ouro, que deveria ser restaurada. A expectativa deste resgate levou-os à valorização das histórias, das manifestações culturais, das personalidades locais, como estratégia para destacar, no passado, o papel do estado do Rio na história nacional e para afirmar que, em decorrência disto, a região ainda desempenhava um papel relevante, nos seus dias.

Quanto aos locais de nascimento, o quantitativo de informações é quase o mesmo. Identificamos dados de quinze dos vinte analisados:

Local	Quantidade
Angra dos Reis	1
Barra Mansa	1
Campos	1
Cidade do Rio de Janeiro	2
Entre Rios	1
Itaboraí	1
Itaperuna	1
Magé	1
Niterói	1
Paraíba do Sul	1
Sapucaia	1
Trajano de Moraes	1
Valença	1
Vassouras	1
Não identificados	5

Tabela 3: Historiadores Fluminenses: locais de nascimento.  
Fonte: Registros biográficos. Cf. Fontes documentais.

Podemos reagrupá-los utilizando o critério da relação capital-interior.

Cidade do Rio de Janeiro	2
Niterói	1
Interior do Estado do Rio de Janeiro	12
Não identificados	5

Tabela 4: Historiadores Fluminenses: locais de nascimento pelo critério capital-interior  
Fonte: Registros biográficos. Cf. Fontes documentais.

Tais dados nos apresentam um universo de 60% dos historiadores analisados nascidos no interior do estado; e apenas 3, ou seja, 15%, nos principais centros urbanos de então, a capital do país, Rio de Janeiro, e a capital do estado, Niterói.

Analisando os locais de residência e/ou exercício profissional à época da escrita dos trabalhos analisados, as décadas de 1930 e 1950, foram encontrados dados de 17 dos 20 autores.

Em relação ao local de moradia temos os seguintes dados:

Local	Quantidade
Angra dos Reis	1
Barra do Piraí	1
Cantagalo	1
Friburgo	2
Itaperuna	1
Magé	1
Niterói	4
Paty do Alferes	1
Rio de Janeiro	3
Valença	1
Vassouras	1
Não identificados	3

Tabela 5: Historiadores Fluminenses: Locais de moradia entre as décadas de 1930 e 1950.

Fonte: Registros biográficos. Cf. Fontes documentais.

Temos assim cinco (25%) que se fixaram nas capitais, Niterói e Rio de Janeiro. Já a grande maioria, doze (60%), vivia no interior e de três (15%) não há referências.

Quanto ao local de trabalho há uma pequena alteração nos dados pois alguns tinham dupla inserção ou então transferiram suas atividades para outras cidades no mesmo período. Nesse caso são registradas as duas cidades onde exerceram suas atividades profissionais.

Local	Quantidade
Angra dos Reis	1
Barra do Piraí	1
Cantagalo	1
Magé	1
Niterói	8
Paty do Alferes	1
Rio Bonito	1
Rio de Janeiro	4
São Gonçalo	1
Valença	1
Vassouras	1

Tabela 6: Historiadores Fluminenses: Locais de exercício profissional entre as décadas de 1930 e 1950.

Fonte: Registros biográficos. Cf. Fontes documentais.

Neste último caso, obtemos 11 cidades totalizando 21 referências. Nesse universo a cidade que apresenta maior quantitativo é a então capital fluminense (Niterói) com 8, ou seja, 38%, seguida da cidade do Rio de Janeiro, com 4 (18%) e o restante do estado com os outros 9 (44%). Somando-se as duas capitais temos 56% dos historiadores

desenvolvendo suas atividades profissionais nos centros políticos, econômicos e culturais.

Nesse particular notamos que há uma inversão dos dados anteriores. A origem da maior parte dos historiadores e sua residência à época da produção de suas obras era o interior do estado. Por outro lado, observa-se que nas décadas de 1930, 1940 e 1950 mais da metade (56%) deles exercia suas atividades profissionais nas regiões centrais: Rio de Janeiro e Niterói. Destaca-se que a então capital fluminense concentrava 38%, o que lhe conferia um caráter de centro de atração de interesses de grupos do estado, fenômeno esse detectado desde o século XIX. A capital fluminense era um pólo de interesses profissionais, políticos e intelectuais. Niterói era o centro congregador de objetivos diversos e era nela que se projetavam as políticas públicas e as iniciativas intelectuais de reflexão sobre o estado.

O período de chegada deste conjunto de intelectuais a Niterói não foi possível precisar. No entanto, percebem-se duas grandes motivações na mudança para a capital do estado.

Uma destas era a migração familiar e/ou pessoal dos intelectuais analisados em decorrência da complementação dos estudos em nível secundário e universitário. Desse conjunto, 13 realizaram o ensino secundário e 10 o superior em Niterói ou no Rio de Janeiro. De modo geral, os cursos de primeiras letras e primário eram realizados nas próprias cidades de origem. Já o secundário e o superior geralmente o eram em outras localidades, em especial Niterói. Os que estudaram nas instituições niteroienses estabeleceram relações que duraram décadas.

Luiz Palmier era natural de Sapucaia, onde nasceu em 1893. Fez seus primeiros estudos no próprio município. O curso secundário fez em Minas, onde também cursou a Faculdade de Farmácia de Ouro Preto. Depois, provavelmente, migrou para Niterói, entre 1913 e 1914, para cursar medicina na Faculdade Nacional de Medicina, na cidade do Rio de Janeiro<sup>366</sup>.

---

<sup>366</sup> Não encontramos indícios sobre o local de estabelecimento de Luiz Palmier durante sua formação em medicina. Acredito que tenha sido em Niterói, pois seus biógrafos e os historiadores da cidade registram sua participação no IHGERJ, sediado na capital fluminense, como secretário, em 1914. Cf. Rui Aniceto Nascimento Fernandes e Luís Reznik. Luiz Palmier e a conformação de uma São Gonçalo moderna. In: Luís Reznik (Org.). **O intelectual e a cidade: Luiz Palmier e a São Gonçalo Moderna**. Rio de Janeiro: Eduerj/São Gonçalo Letras, 2003, p.13-31; Emmanuel de Macedo Soares. **Figuras e fatos da medicina em Niterói**. Niterói: s/n, 1994. p. 292-293; Salvador Mata e Silva. **Dez anos de jornalismo**. S/l: s/n, 1986, p. 15-16; e 1996; VULTOS da geografia fluminense. Luiz Palmier. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE. N.º. 08. 1955. p.151-155; Carlos Wehrs. **Capítulos da memória niteroiense**. Niterói: Niterói Livros, 2002. p. 271-275.

Mirtaristides de Toledo Piza foi outro que deixou Trajano de Moraes, então distrito do município de São Sebastião do Alto, e passou a residir em Niterói para realizar os estudos secundários no Colégio Brasil. Posteriormente, formou-se em Odontologia (cirurgião-dentista) pela Faculdade Fluminense de Medicina, e bacharel pela Faculdade de Direito em Niterói<sup>367</sup>.

Caso semelhante foi Roberto Pereira dos Santos, nascido em Niterói, mas cuja família possuía raízes em Rio Bonito, onde passou parte da infância, estudou no Colégio Abílio na capital fluminense e depois se formou médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro<sup>368</sup>.

A segunda motivação da migração ocorria já na fase adulta para ocupar postos no centro da administração estadual, em grande parte durante a interventoria de Amaral Peixoto (1937-1945).

Entre estes podemos citar Acácio Ferreira Dias, que participou da junta governativa que destituiu a administração municipal de Cantagalo e governou a cidade por um mês (26 ou 27/10 – 21 ou 20/11/1930) após a deposição de Washington Luís da presidência da República e de Manuel Duarte do Governo do Estado. Depois foi nomeado prefeito municipal até 1935. Deixando o cargo em 1935, quando ocorreram eleições municipais, transferiu-se para Niterói, onde foi administrador da Casa de Detenção da capital e, posteriormente, funcionário da Imprensa Oficial do Estado, pela qual se aposentou em 1959<sup>369</sup>.

Benedito Jordão de Souza também foi um daqueles que deixaram sua terra natal para exercer uma função na sede da administração estadual. Agente municipal de estatística de Angra dos Reis, sua terra natal, em 1942, em 1945 integrou o Departamento Estadual de Estatística do estado, fez parte da Comissão de Revisão de Estatística Municipal e foi nomeado Inspetor Regional de Estatística do IBGE, cargo no qual se aposentou na década de 1970<sup>370</sup>.

<sup>367</sup> Wanderlino Teixeira Leite Netto. **Dança das cadeiras**. História da Academia Niteroiense de Letras (Junho de 1945 a setembro de 2000). Niterói: Imprensa Oficial/Livraria Ideal, 2001. p. 237-238; Renato de Lacerda. **Perfis poéticos. Sonetos com ligeiros traços bio-bibliográficos**. Niterói: Edições Paisagem, 1953. p. 99; TOLEDO Piza. In: **Revista da Academia Fluminense de Letras**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio. Vol. IX. Outubro de 1956. p. 351-352; Luiz Palmier. M. Todelo Piza. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE. N.º. 06. 1953.

<sup>368</sup> Emanuel de Macedo Soares. *op. cit.*, p. 358-359.

<sup>369</sup> Maria Clotilde Dias da Cunha. No arquivo da história. In: Acácio Ferreira Dias. **Terra de Cantagalo**. Subsídios para a história de Cantagalo. 2ª ed. Rio Bonito: Artes Gráficas Cantagalo, 1979. p. I-III.

<sup>370</sup> Luiz Carlos de Carvalho. Benedito Jordão de Souza. In: Benedito Jordão de Souza. *Angra 1881*. Angra dos Reis: s/ed, 1985. p. 9-12.

Por outro lado, havia aqueles que se mantiveram em sua terra natal e nela serviram à administração amaralista. Leoni Íório, por exemplo, nasceu em Valença em 1899, estudou no Ateneu Valenciano e completou seus estudos no Colégio Pedro II e na Academia do Comércio, na capital federal. Retornou a Valença e foi escrevente de cartório e Secretário da Prefeitura, o que hoje equivaleria a chefe de gabinete do prefeito, no final da década de 1930, quando Amaral Peixoto foi nomeado interventor do Estado<sup>371</sup>.

Os dados aqui relacionados nos permitem estabelecer dois perfis entre aqueles que se dedicavam aos estudos históricos. Por um lado havia os intelectuais niteroienses, como nomeio a partir de uma chave de leitura proposta por Ângela de Castro Gomes. Em seu estudo sobre o modernismo na cidade do Rio de Janeiro, nos anos de 1930 e 1940, a autora analisou um grupo que denomina de intelectuais cariocas:

Seria infrutífero lidar com a categoria de intelectual carioca como aquele nascido no Rio. Preferimos, por isso, ter como referência básica a noção de um intelectual que constrói, nesta cidade, sua rede de sociabilidade fundamental, mantendo contatos com sua terra natal, e/ou tecendo articulações que se espraiam para outras partes do país.<sup>372</sup>

Neste sentido, o que importaria não seria a origem geográfica do indivíduo, mas as ligações que imprimiam ao grupo analisado uma certa homogeneidade de projeções e perspectivas intelectuais. O conjunto ora estudado também não pode ser definido por origens espaciais ou faixas etárias, em decorrência da pluralidade de locais de origem, já apresentada anteriormente. O que caracterizaria este grupo seria a rede de sociabilidade estabelecida na capital do estado do Rio de Janeiro, grosso modo, durante a formação escolar e/ou nas agências centrais da administração pública.

Por outro lado, havia um grupo significativo que formava uma intelectualidade provinciana. Eram aqueles que permaneciam em suas cidades natais onde desenvolviam os projetos amaralistas através do exercício de atividades públicas, sejam estas a chefia do executivo local, a vereança ou o exercício de cargos administrativos locais.

Observa-se que 14 dos historiadores analisados exerceram funções políticas e ou administrativas no período em questão:

<sup>371</sup> <http://br.geocities.com/leoniiorio/apresentacao> acessado em 15-03-2008

<sup>372</sup> Ângela de Castro Gomes. *Essa Gente do Rio...* Rio de Janeiro: Ed.FGV, 1999, p.19.

Cargos	Quantidade
Prefeito	2
Vereador	2
Deputado	3
Secretários municipais e estaduais	4
Outros <sup>373</sup>	3

Tabela 7: Historiadores Fluminenses: Exercício de funções públicas entre as décadas de 1930 e 1950.

Fonte: Registros biográficos. Cf. Fontes documentais.

Quanto às atividades profissionais exercidas há uma pluralidade de funções:

Profissão	Quantidade
Professor	7
Inspetor escolar	1
Advogado – promotor de justiça	7
Jornalista	9
Funcionário público	9
Iniciativa privada	2
Caixeiro	1
Engenheiro	2
Farmacêutico	2
Médico	2
Geógrafo	4
Agente de estatística	1
Sacerdote	1
Fazendeiro	1

Tabela 8: Historiadores Fluminenses: Atividades profissionais.

Fonte: Registros biográficos. Cf. Fontes documentais.

Pela tabela acima podemos perceber a preponderância de 4 atividades: o jornalismo, o funcionalismo público, o magistério e a advocacia.

Os dados biográficos levantados apresentam informações que podem ser cruzadas com as memórias de Togo de Barros, ex-governador do Estado do Rio (1958-1959), e que nos permitem observar a similaridade das trajetórias dos intelectuais aqui investigadas. Togo de Barros afirmou ter chegado em Niterói na década de 1930 para cursar a Faculdade de Direito de Niterói. Para custear seus estudos, lecionou no Colégio Carvalho<sup>374</sup>. Algo semelhante ocorreu com alguns dos intelectuais aqui estudados, como

<sup>373</sup> Em Outros incluímos os casos de funções de segundo e terceiro escalão nos órgãos estatais, como é o caso de Acácio Ferreira Dias, que foi administrador da Casa de Detenção de Niterói e depois funcionário da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>374</sup> Togo de Barros, *op. cit.*, p. 26.

Mirtaristides de Toledo Piza, que, antes de bacharelar-se, foi professor do Colégio Brasil e do Colégio Bittencourt Silva, e de Luiz Palmier, que exerceu o magistério em escolas de Sapucaia, antes de formar-se médico.

O magistério não significava apenas uma carreira, escolhida por jovens secundaristas e universitários que não dispunham de outras fontes de renda para manter-se. Foi trilhada também por conferir um certo *status*, tanto social como intelectual. Roberto Pereira dos Santos foi professor da Faculdade Fluminense de Medicina, Luiz Palmier era catedrático de microbiologia na Faculdade de Farmácia e Odontologia e Toledo Piza foi professor da Faculdade de Direito de Niterói.

Uma das referências de atividade profissional com maior índice que encontramos foi o jornalismo. Desde o século XIX, o jornalismo era o meio empregado pelos intelectuais para divulgar suas ideias e era o veículo no qual se travavam suas polêmicas. Até as primeiras décadas do século XX, exercer esta atividade era muito mais um meio de promoção de *status* intelectual do que de atividade rentável financeiramente, apesar de algumas exceções, como Olavo Bilac. Em 1916, o poeta parnasiano dizia que o jornal era “*o único meio de o escritor se fazer ler*”<sup>375</sup>. Esta situação alterou-se nas décadas de 1930 e 1940. Aos poucos, a atividade jornalística tornou-se importante fonte de renda na capital do país. No estado do Rio, não dispomos de dados para avaliar o papel desta atividade na economia doméstica dos intelectuais analisados. Se, por um lado, não podemos afirmar que o jornalismo era rentável para o grupo aqui estudado, por outro, concluímos que era uma atividade que lhes promovia reconhecimento público, tornava-os conhecidos de um contingente maior do que o restrito círculo das academias locais.

Analisando as trajetórias pessoais, foi possível observar que as funções públicas eram os meios pelos quais grande parte destes intelectuais obtinham sua fonte de rendimentos. A historiografia especializada constantemente indica esta característica da intelectualidade brasileira<sup>376</sup>. Contudo, não se deve considerar que as aproximações com o poder ocorressem apenas com vistas à obtenção do cargo público e de uma renda. O Estado era considerado veículo de promoção de políticas que viabilizassem o que consideravam a recuperação do lugar do estado do Rio de Janeiro no cenário nacional,

<sup>375</sup> Musa Clara Velasques. **Homens de letras no Rio de Janeiro dos anos 30 e 40**. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000. p. 170

<sup>376</sup> Sérgio Miceli. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979. \_\_\_\_\_. **Poder, sexo e letras na República Velha**. São Paulo: Perspectiva, 1977; Daniel Pecault. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

já que eles acreditavam que apenas o poder público teria os meios necessários para viabilizar as ideias e os projetos defendidos pelos intelectuais. Daí haver uma verdadeira simbiose entre ambos, nos anos de 1940 e 1950, no estado do Rio de Janeiro. Podia haver divergências em relação às ações públicas desenvolvidas pelos governantes do estado; no entanto, havia um compartilhamento de valores entre os intelectuais das academias literárias e dos departamentos governamentais o qual gerava uma uniformidade no pensamento de então. Comungando de valores, ideias e perspectivas semelhantes, o mundo do governo e o mundo das letras caminhavam juntos no período. Havia um ideário disseminado de manutenção dos considerados valores tradicionais do estado e de recuperação do seu papel no cenário nacional. E Niterói era o grande centro congregador de políticos, intelectuais e associações que buscavam promover este ideal.

No período em questão as associações culturais niteroienses, especialmente as associações dos beletristas, configuravam-se como importantes espaços de sociabilidade. Elas sedimentavam processos de constituição de laços identitários geracionais assim como construía discursos que atribuíam aos seus membros o *status* de vozes abalizadas como pensadores do estado. Por outro lado, socializavam projetos e ideias que desempenharam um importante papel na consolidação das propostas que circulavam entre esse grupo.

Do universo de 20 historiadores com os quais trabalho apenas de 3 não encontrei dados referentes à participação em associações. Nos registros biográficos encontramos quarenta associações de cunho local, estadual, nacional ou internacional citadas.

Associação	Quantidade
Local	21
Estadual	9
Nacional	6
Internacional	4

Tabela 9: Historiadores Fluminenses: Participação em associações.  
Fonte: Registros biográficos. Cf. Fontes documentais.

A grande maioria estava sediada no Estado do Rio de Janeiro, mas havia aquelas que se localizavam na capital da República, em outros estados e em outros países:

Local		Quantitativo
Estado do Rio de Janeiro	Angra dos Reis	1
	Campos	1
	Magé	3
	Niterói	9
	Nova Friburgo	3
	Petrópolis	2
	Teresópolis	1
	Valença	2
Cidade do Rio de Janeiro		9
Outros estados	Minas Gerais	2
	São Paulo	1
	Pernambuco	1
Internacionais	Colômbia	1
	Portugal	1
	Não identificado	2
Não identificadas		3

Tabela 10: Historiadores Fluminenses: Localização das associações.

Fonte: Registros biográficos. Cf. Fontes documentais.

Em uma rápida análise sobressaem duas cidades que concentravam 18 associações, Niterói e Rio de Janeiro, cada um com 9 associações.

Os autores analisados tomaram parte em inúmeras associações culturais, religiosas, esportivas, de ofício ou de classe no período.

Seguindo essa tipologia temos:

Associação	Quantidade
Culturais	29
Religiosas	1
De classe	2
Esportivas	1
profissionais	7

Tabela 11: Historiadores Fluminenses: Tipologia das associações.

Fonte: Registros biográficos. Cf. Fontes documentais.

O maior número é de associações culturais, que adotavam as mais variadas terminologias como cenáculos, grêmios, ateneus, mas há o predomínio para as academias e institutos históricos. Havia ainda uma série de outras associações que, apesar das variadas denominações, seguiam o modelo das academias<sup>377</sup>.

Neste cenário é interessante acompanharmos o caso da Academia Fluminense de Letras, associação que se queria congregadora da intelectualidade estadual do período.

<sup>377</sup> Conferir o Anexo onde constam as associações nas quais os historiadores analisados tomaram parte.

Na década de 1940, a Academia Fluminense de Letras era uma instituição consolidada. Fundada em 1917, surgiu reunindo jovens literatos em 48 cadeiras no que se definiu como Classe de Letras. Visando ampliar seus quadros foram organizadas as Classes de Ciências Sociais e Políticas, de Ciências, e de Belas Artes. A AFL contou com um conjunto de membros honorários e correspondentes, nacionais e estrangeiros, nas diversas classes. Esta estrutura possibilitava atrair um conjunto maior de intelectuais que independia de sua origem fluminense e de suas ligações estritamente literárias. A Academia era um espaço de confluência de pessoas que possuíam interesses múltiplos: história, medicina, artes plásticas, folclore, música etc.

Em 1934 a instituição consolidou-se com a obtenção de sua sede própria, doada pelo governo do Estado<sup>378</sup>. Este gesto da administração estadual foi tido como o reconhecimento do poder público a uma instituição que reunia os “*expoentes*” da intelectualidade fluminense. Desde a criação, a Academia Fluminense manteve íntimas relações com o mundo da política. Em seus quadros, encontramos inúmeros intelectuais que exerceram mandatos legislativos e executivos. Em 1949, o governador Edmundo Macedo Soares e Silva passou a fazer parte do grupo de políticos reverenciados pelos imortais. Foi ele quem dotou a Academia de recursos que lhe permitiram publicar o primeiro número da *Revista da Academia Fluminense de Letras*, em 1949<sup>379</sup>.

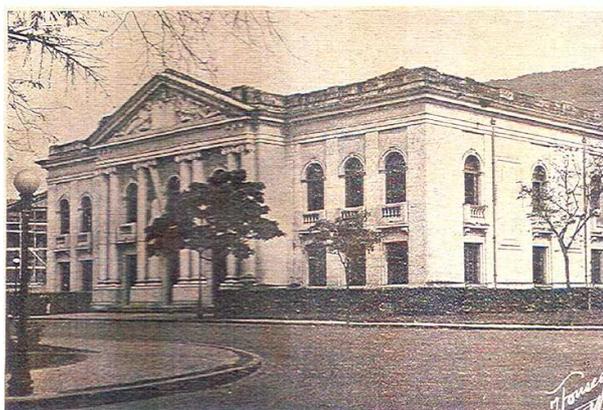
A Academia era instituição almejada pelos que, de alguma forma, pensavam e atuavam nas iniciativas que imprimiam os rumos do Estado. Contava, em seus quadros, com intelectuais de renome regional e nacional<sup>380</sup>. Na década de 1940 a Academia já possuía uma segunda geração, formada pelos jovens intelectuais niteroienses que se iniciavam no mundo das letras nos anos de 1930 e 1940, fato este destacado por um de seus mais combativos membros, o secretário perpétuo Lacerda Nogueira, no jubileu de prata da instituição: “*um quartel de século: uma geração decorreu*”<sup>381</sup>.

<sup>378</sup> Em 6 de setembro de 1934, a Academia Fluminense de Letras obteve uma sede própria: o salão central do prédio que abrigou o Arquivo Público do Estado e a Biblioteca Universitária. Este prédio atualmente abriga a Biblioteca Pública de Niterói, situado na Praça da República, no centro histórico da cidade.

<sup>379</sup> **Revista da Academia Fluminense de Letras**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio. Vol. I. Outubro de 1949.

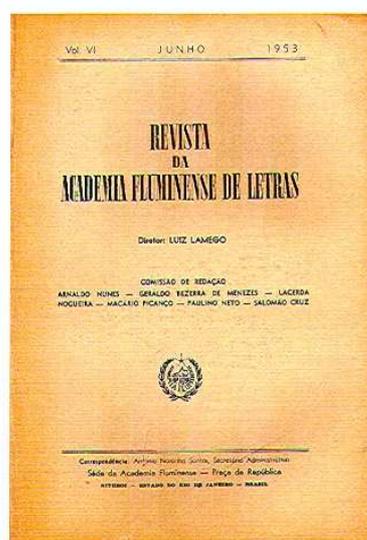
<sup>380</sup> Apenas a título de exemplificação, podemos citar, dentre os pioneiros ainda participantes, Levi Carneiro e Oliveira Viana, sociólogo de renome, que exerceu grande influência nos quadros da política varguista da década de 1940, ambos membros da Academia Brasileira de Letras; da segunda geração fizeram parte Geraldo Bezerra de Menezes, Ismael Coutinho e Alberto Ribeiro Lamego.

<sup>381</sup> Lacerda Nogueira. Academia Fluminense de Letras. Subsídios autobiográficos pertinentes ao histórico da instituição. In: **Revista da Academia Fluminense de Letras**. Niterói, Vol. X, dez/1957, p. 39.



← Figura 26: Biblioteca Pública de Niterói. O salão nobre do prédio é a sede da Academia Fluminense de Letras. Niterói, s/d.

Fonte: Revista da Academia Fluminense de Letras, vol. I, 1949. Acervo pessoal.



⇒ Figura 27: Capa da Revista da Academia Fluminense de Letras. 1953

Fonte: Revista da Academia Fluminense de Letras, vol. VI, 1953. Acervo pessoal.

O modelo acadêmico proporcionado pela Academia Fluminense de Letras e pelo Cenáculo Fluminense de História e Letras era almejado por jovens beletristas que se formavam nas faculdades niteroienses na década de 1930. Aquelas agremiações só admitiam novos membros – quando surgissem vagas, pela morte dos titulares – através das relações estabelecidas entre as figuras de maior destaque, que lhes facilitariam a eleição. Para jovens principiantes no mundo das letras, seria difícil alcançar tal objetivo rapidamente. Na década de 1930, ingressar nestas instituições representava a consagração de uma trajetória já de destaque. Por isso é que um grupo de bacharelados da Faculdade de Direito de Niterói fundou, em 30 de outubro de 1934, a Academia de Letras dos Universitários Fluminenses. Curta duração teve esta academia publicando

apenas um número de sua revista<sup>382</sup>. A formatura de seus membros e o ingresso na vida profissional, possivelmente, explicam a não continuidade dessa associação.

Um outro caso que demonstra o lugar dessas instituições no universo letrado da capital fluminense é o da Academia Niteroiense de Letras. Rivalidades e desejo de promoção levaram um grupo de intelectuais niteroienses a reorganizarem-na em 1943, em um evento ocorrido no gabinete de Rubens Falcão, então Diretor do Departamento de Educação do Governo Amaral Peixoto<sup>383</sup>. Sem possuir sede própria, a ANL realizava suas atividades em diversos espaços: no salão nobre do Instituto de Educação de Niterói, no Museu Antônio Parreiras e no salão nobre da Faculdade de Direito de Niterói. Pelo estatuto, ficaram estabelecidas 40 cadeiras para a casa, seguindo o modelo francês. O conjunto de sócios fundadores, no entanto, contava com apenas vinte membros. Iniciou-se, assim, um processo de eleição dos novos membros. Em 23 de março de 1945, em sessão no Museu Antônio Parreiras, foram eleitos dois novos acadêmicos, entre os quais estava Luiz Palmier. Em outubro do mesmo ano, o novo acadêmico foi imortalizado<sup>384</sup>.



Figura 28: Reunião de Refundação da Academia Niteroiense de Letras. 1943. Da esquerda para direita: Marcos Almir Madeira, Rubens Falcão, Santa Cruz Lima, Raul de Oliveira Rodrigues, Myrtaristides de Toledo Piza, Francisco Pimentel, Guaracy de Souto Maior e Horácio Pacheco. Fonte: Wanderlino Teixeira Leite Netto. **Dança das cadeiras**. História da Academia Niteroiense de Letras (Junho de 1945 a setembro de 2000). Niterói: Imprensa Oficial/Livraria Ideal, 2001. Contracapa.

<sup>382</sup> **Revista da Academia de Letras dos Universitários Fluminenses**. Niterói, Ano I, N. 1. 1934.

<sup>383</sup> Entre os historiadores da Academia Niteroiense de Letras há discordância em relação à data de fundação da instituição. Alguns defendem que a ANL fora fundada em 1931, mas logo em seguida entrando em inatividade, sendo refundada em 1943. Outros defendem que a ANL foi fundada em 1943 pois a experiência anterior, de 1931, não teve continuidade. Sobre a questão consultar: Wanderlino Teixeira Leite Netto. **Dança das cadeiras**. História da Academia Niteroiense de Letras (Junho de 1945 a setembro de 2000). Niterói: Imprensa Oficial/Livraria Ideal, 2001.

<sup>384</sup> Wanderlino Teixeira Leite Netto. *op. cit.*, p. 71.

As academias literárias eram *lugares de memória*, que visavam, com sua ritualística e os eventos celebrados, construir a história e preservar as manifestações culturais da Velha Província, congregando os estudiosos do estado e os que procuravam criar uma determinada imagem, uma certa identidade para o território e a população fluminense<sup>385</sup>.

A este respeito, Luís Lamego expressou o papel que a Academia Fluminense de Letras ocupava no cenário intelectual niteroiense, um ideário comum às agremiações literárias, tendo em vista que seus membros eram os mesmos ou possuíam laços de afinidade:

[A AFL] não vive insulada no egoísmo ou na vaidade estéril, cultivando o preciosismo inútil ou o elogio mútuo; a ação da Academia tem sido maior, mais patriótica e sincera, a de defender o nosso patrimônio cultural e artístico e congregando, para um trabalho árduo e fecundo, todos os fluminenses que amam verdadeiramente a terra (...) Em 30 anos de vida, vastas provas tem dado do seu *amor às coisas fluminenses, lembrando, estudando e, sobretudo, buscando defender e elevar as nossas tradições, a nossa arte, a nossa literatura, os nossos grandes homens*, sem que isso traduza um exagerado regionalismo, pois que trabalhando pelo estado do Rio, a Academia trabalha pela nossa grande Pátria... de norte a sul, sob o mesmo pendão auriverde, tudo é Brasil!<sup>386</sup> (grifos meus).

Refletir sobre a terra fluminense nos mais vastos campos do saber intelectual era valor compartilhado pelas agremiações sediadas em Niterói, pois os intelectuais que as frequentavam pertenciam o pequeno mundo intelectual da capital. Em seus escritos na *Revista* da Academia Fluminense de Letras – que eram reproduções de artigos veiculados na grande imprensa e em eventos da própria instituição ou de outras entidades – observamos o esforço de valorização da terra e da identidade fluminenses. Valorizar a terra fluminense levava-os a investir nos seus filhos ilustres, daí o grande número de cerimônias e textos biográficos produzidos, pois era um meio de demonstrar que personagens de sua história atuaram decisivamente nos destinos do estado e do país. Exaltar os valores locais direcionava seus interesses para a investigação sobre as regiões que compunham o Estado, escrevendo narrativas historiográficas, peças teatrais, poemas sobre a terra natal. O esforço de investigação para o enaltecimento do estado levava-os

<sup>385</sup> Lacerda Nogueira, o secretário perpétuo da AFL, assim justificou seu ingresso nesta agremiação: “*esta vocação que é uma constante do meu espírito: amor à cultura e carinhoso devotamento à terra natal que é expressão do Brasil*”. Lacerda Nogueira, *op. cit.*, p. 39.

<sup>386</sup> Luiz Lamego. Saudação a Geraldo Bezerra de Menezes (1948). In: **Revista da Academia Fluminense de Letras**. Niterói, Vol. 8, junho de 1955, pp. 49-54.

ao folclore. Antônio Lamego, pai de Luís Lamego, procurou definir, através do folclore, o verdadeiro homem fluminense, o mantenedor e o perpetuador das raízes e das “*tradições*”, que caracterizaria o estado do Rio<sup>387</sup>. Esse texto é interessante pois, diferente do que estava em voga, Antônio Lamego firmou a identidade local no homem do campo, o íncola, como denominou. Para o poeta, o pós-abolição não foi o fim do homem fluminense. Logo depois a “civilização agrária” reestruturou-se.

(...) A lavoura, após o grande colapso, pouco a pouco se foi reanimando, graças ao braço do foreiro adventício que, espontaneamente e de boa vontade, deu-lhe o que antes lhe era dado com constrangimento e por obrigação. A disseminação do novo elemento [o liberto] colaborador, pelo vasto território da província, fortaleceu a luta para novas conquistas, contra a agressividade e aspereza da terra dominada pelas tipueiras e carrascais. As dificuldades das primeiras iniciativas não levaram o liberto à inação.

Sua opinião sobre o íncola unia um sentimento de admiração pelo seu estilo de vida e o estranhamento de um homem da capital, que não vivia naquele mundo. Em vários momentos do texto, observamos o uso de termos preconceituosos, como “*rude*”, “*ingênuo*” e “*supersticioso*”, para caracterizar o campônio do estado do Rio.

O homem fluminense não era indolente para o trabalho. Pelo contrário, reunia seus companheiros num “*motirão ou muchirão*” para preparar o solo para o plantio. E, na lida, cantava versos em defesa do trabalho: “*o pão que há de vir da terra e o fruto que há de brotar das árvores*”. Lamego batia-se contra a imagem do Jeca Tatu, indolente e preguiçoso. O fluminense do pós-abolição era o liberto “*tão radicado no solo como aos usos e costumes, é bem um homem rude, mas de qualidades apreciáveis: é prestativo, trabalhador e honesto. Não é o Jeca que modelaram em tipo amolentado, incapaz de uma iniciativa (...)*”. Trabalhava o suficiente para obter o sustento e o mínimo de conforto para si e para sua família. Lutava para obter seu teto “*tão desejado e ordinariamente por ele construído*” de pau a pique. Era um homem ligado ao seu mundo rural, “*alheiado inteiramente ao que se passa fora do rincão em que vive, só interessam os afazeres a que se dedica com pertinácia*”.

E foi neste mundo que ele construiu seus valores. Era, segundo Lamego, “*supersticioso*”, acreditando em mulas-sem-cabeça, lobisomem, saci-pererê, curupira etc. Era religioso, de uma religiosidade tipicamente rural, que unia os símbolos católicos às práticas da medicina popular: “*ingênuo e crédulo, aceita a terapêutica do empirismo*”.

<sup>387</sup> Antônio Lamego. O Íncola da Baixada Fluminense (1935). In: **Revista da Academia Fluminense de Letras**. Niterói, Vol. 1, outubro de 1949, pp. 145-154. As citações que seguem são deste texto.

*e as práticas das rezas e benzeduras. Possuindo o instinto religioso, respeita Deus e é um convencido da influência milagrosa dos santos com os que se apega, quando se faz mister a sua intervenção para alcançar alguma graça”.*

Para Lamego, o fluminense era cantador. “*Para encher as horas com alguma alegria*”, buscava a viola, “*que lhe conhece e que em harmoniosos acordes o acompanha nas canções que improvisa e que no momento, tão bem lhe exprimem o seu estado dalma*”, ou, então, que servia para manter os cantos usuais das festas costumeiras: as Bandeiras do Divino, a Mana-Chica, o Samba rural.

Este fluminense rural, trabalhador, supersticioso, religioso, festeiro e cantador, surgido após a abolição, identificado com os ex-escravos e os trabalhadores rurais, não se constitui como uma imagem predominante entre os que se dedicaram a pensar a identidade local. Nas histórias escritas nesse momento construí-se a imagem do fluminense ligado ao campo mas que não é o campônio. A imagem que se afirmou no período foi a da civilização do café, de corte aristocrático, defendida por Oliveira Vianna, como veremos adiante, no item 5.5. O sociólogo colocava-se como ícone da intelectualidade local, influenciando o pensamento desses historiadores seus contemporâneos.

Essa geração de intelectuais que se dedicava à construção da história do estado encontrava-se no auge de sua trajetória profissional e intelectual. Nascidos no final do século XIX, estavam na década de 1940, com, em média, 50 anos de idade.

Os dados anteriores demonstram-nos que essa geração de historiadores, fossem eles niteroienses ou provincianos, mantinha intensos contatos através das inúmeras associações em que tomava parte. Estas eram espaços de divulgação de ideias e de práticas intelectuais que se expressavam nas produções de seus membros. Por outro lado observamos que a capitalidade que envolvia as cidades do Rio de Janeiro e de Niterói era um fator preponderante. Especialmente a capital do estado era o centro agregador de interesses profissionais e intelectuais pois sediava os órgãos da administração do estado – fossem estes a máquina burocrática ou a Assembleia Legislativa e o Palácio do Ingá – assim como instituições consagradoras, a exemplo da Academia Fluminense de Letras, da Academia Niteroiense de Letras e do Cenáculo Fluminense de História e Letras. Niterói também representava o elo de ligação com a capital federal, o Rio de Janeiro, centro da vida intelectual e política do país no período.

## 5.2 – Quando eram escritas as histórias fluminenses?

Inventariando os objetivos expressos pelos autores, especialmente nas introduções das obras, concluímos que havia quatro motivações principais: a celebração das bodas cinquentenárias e centenárias das localidades; motivações pessoais – o desejo de exaltar a terra – ou políticas; e a apresentação de trabalhos em congressos científicos.

Quanto à primeira, o período em questão foi fértil nas comemorações cinquentenárias e centenárias.

A instauração do regime republicano no estado do Rio encontrou-o com 36 municipalidades. Francisco Portela durante sua administração, que perdurou cerca de dois anos (15/11/1889 a 12/1891), criou nada menos do que vinte novos municípios. É certo que vários deles demonstraram sua incapacidade de sustentação, como foi o caso de Boa Esperança, distrito de Rio Bonito, emancipado em 06/07/1891 e extinto em 08/05/1892. No entanto, vários municípios, como Barra do Piraí, Itaocara, São Gonçalo, São Pedro da Aldeia e Teresópolis, tiveram aí sua emancipação política e administrativa. A década de 1940 era, então, o momento de se comemorar os cinquentenários de nada menos que 12 municípios.

Em 1940, pouco tempo teve Amaral Barcelos para fazer os *Fragmentos para a história de Barra do Piraí*:

A resolução de reunir fragmentos históricos de Barra do Piraí, obedecendo a determinada ordem cronológica, dentro das possibilidades que me permitiram os episódios, para divulga-los no dia 10 de março do corrente ano, data do cinquentenário da criação do município, foi tomada nos primeiros dias de janeiro do ano fluente<sup>388</sup>.

Foi, também, para as comemorações cinquentenárias gonçalenses, ocorridas no mesmo ano, que Luiz Palmier fez seu estudo sobre o município:

A história de São Gonçalo ficará ainda por escrever [...] O esboço agora editado, solenizado a data cinquentenária da criação do município, é pálida contribuição para as comemorações. [...] Ficam esquematizados e programados os principais feitos da gente

---

<sup>388</sup> Amaral Barcellos. **Fragmentos históricos do município de Barra do Piraí**. 1853-1890. Rio de Janeiro: Borsoi, 1940. p. XV.

de São Gonçalo, desde a colônia – sesmaria, aldeia, freguesia, distrito, cidade. São mais de três séculos de lutas para a prosperidade da comuna e grandeza do Brasil<sup>389</sup>.

Entre as décadas de 1930 e 1950 foram comemorados, além dos cinquentenários, os centenários de algumas cidades. Quando a cidade do Rio de Janeiro foi constituída em Corte (1834) e separada da então província fluminense, esta contava com 21 vilas e uma cidade (Cabo Frio). A partir de então, especialmente no final da década de 1830 e durante a de 1840, foram criadas 16 novas vilas que completaram seus centenários nas décadas de 1930 e 1940.

Frei Aurélio Stulzer, zeloso vigário de Paty do Alferes, em 1944, esclareceu, na capa do livro, que suas *Notas* tratavam-se de uma “*Compilação feita por frei Aurélio Stulzer vigário e presidente da Comissão Executiva do centenário da Matriz de Pati do Alferes e por esta editada*”<sup>390</sup>. A efeméride centenária, neste caso, não era a criação do município, mas sim da Igreja Matriz que deu origem aquela localidade.

Renato Peixoto dos Santos, no final da década seguinte, publicou sua história da Terra do Dedo de Deus, Magé, afirmando que:

Essas páginas encerram a minha mensagem de entusiasmo pelo presente e acentuada esperança pelo futuro do município que é verdadeiramente nosso. Esta mensagem vem à luz justamente quando comemoramos o CENTENÁRIO DE MAGÉ. Melhor ocasião, estamos certos, não teria<sup>391</sup>. (grifo no original)

Em 1935, celebrou-se o centenário da capital, Niterói. Em 1835, a então Vila Real da Praia Grande foi elevada à categoria de Imperial Cidade e passou a ser a capital da província fluminense. Os festejos ensejaram dois estudos: *Notas para a história de Niterói*, de José Mattoso Maia Forte<sup>392</sup>; e a *História de Niterói*, de Antônio Figueira de Almeida<sup>393</sup>. Iniciando seu livro, Figueira de Almeida demarca uma história mais longa: “*A história de Niterói abrange o longo período que vem de 1565 até os dias*

<sup>389</sup> Luiz Palmier. **São Gonçalo Cinquentenário**. História, geografia, estatística. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1940. p. 7.

<sup>390</sup> Aurélio Stulzer. **Notas para a história da Vila de Patí do Alferes**. Rio de Janeiro: Lito-tipo Guanabara Ltda, 1944.

<sup>391</sup> Renato Peixoto dos Santos. **Magé, a Terra do Dedo de Deus**. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1957. p. 18.

<sup>392</sup> José Mattoso Maia Forte. **Notas para a história de Niterói**. 1835-1935. No primeiro centenário da elevação da Vila Real da Praia Grande à categoria de cidade. Niterói: Diário Oficial, 1935.

<sup>393</sup> Antônio Figueira de Almeida. **História de Niterói**. Niterói: Oficinas Gráficas do Diário Oficial, 1935.

*presentes. Ela apresenta quatro fases distintas que procurei caracterizar, baseado nos documentos que pude compulsar*<sup>394</sup>.

As citações de Palmier e de Figueira de Almeida indicam que as efemérides cinquentenárias e centenárias seriam o propósito para celebrar uma história mais longa. Seus estudos procuravam demonstrar uma tradição anterior ao marco da emancipação político-administrativa local. Remontava-se aos tempos coloniais, às concessões das primeiras sesmarias, a formação das fazendas e capelas originais, o estabelecimento dos curatos e freguesias que originaram os núcleos iniciais das municipalidades em comemoração.

Motivações sentimentais e/ou políticas também compunham o leque propulsor de estudos históricos locais. Renato Peixoto dos Santos, por exemplo, colocou sua obra como um preito de gratidão à terra que foi seu berço:

Empreguei neste livro todo o acendrado amor que sinto pela terra que me serviu de berço, revivendo emocionado os momentos gloriosos de sua história e experimentando uma vertigem de delicioso prazer ao contemplar-lhe as belezas naturais. Oxalá pudesse transmitir-lhes o forte sentimento que me dominou durante o tempo em que esta obra surgia em meu cérebro agitado. Espero, no entanto, que bem compreendam o esforço que empreguei para torná-la bastante digna das tradições literárias de nosso Município. Seu objetivo principal é levar às terras estranhas um documento vivo da grandeza e do progresso do nosso torrão, assim como falar aos demais brasileiros de nossas coisas, gente, hábitos e tradições<sup>395</sup>.

Em termos semelhantes, Benedito Jordão de Souza justificou seu trabalho sobre Angra dos Reis: “*Representa este trabalho a minha dedicação e o meu esforço em servir à terra que me viu nascer. De longe, embora, sinto vibrarem, em cada sino que ouço, as badaladas alegres ou lânguidas dos campanários angrenses e neles procuro mitigar minha saudade rogando a Deus pela grandeza desta terra*”<sup>396</sup>.

Escrever sobre a terra natal da família foi o caso de Sá Ribeiro, que investigou a origem da cidade de Entre-Rios, hoje Três Rios, fundada por seu avô, o Barão de Sá Ribeiro; e de Myrtaristides de Toledo Piza ao escrever sobre Itaocara, a terra de seu pai:

Este trabalho não é apenas uma homenagem à memória dos saudosos fundadores da cidade fluminense de Entre-Rios, um dos quais meu avô. É também tributo à verdade histórica que aos meus contemporâneos assiste o direito de conhecer<sup>397</sup>.

<sup>394</sup> *Ibid.* p. 3.

<sup>395</sup> Renato Peixoto dos Santos, *op. cit.*, p. 17

<sup>396</sup> Benedito Jordão de Souza. **Terra dos Magos**. Niterói: Gráfica Atômica, 1949. p. 6.

<sup>397</sup> A. de Ribeiro Sá. **A cidade de Entre Rios**. Estado do Rio de Janeiro. Sua origem e fundação. S/l: s/ed, 1942. p. 3.

Dedicados mais à terra fluminense, na qual enraizaram os nossos avoengos, fixou-se nos o desejo de pesquisar fatos da vida de Itaocara, a avelhantada Aldeia da Pedra, onde nascera o nosso querido Pai – Januário de Toledo Piza – que deixou nome encimado por brasões de honradez e dignidade e que fora também o berço da que, esposa amantíssima, tanto nos tem embelecido a existência<sup>398</sup>.

Arnaldo Bittencourt foi às origens de Nova Friburgo como estratégia para traçar o perfil de sua administração no governo municipal, do qual foi destituído com a Revolução de 1930: “*Tendo exercido o cargo de promotor de justiça, e depois eleito sem concorrente, prefeito municipal, cargo que exerci de Dezembro de 1929 até 27 de outubro de 1930, achei de utilidade publicar as notas que reuni naquele período*”<sup>399</sup>.

O amor à terra natal levava-os à construção de uma narrativa em que eram exaltados os feitos e fastos da localidade. Leoni Iório, por exemplo, colocava-se como o herdeiro da missão de valorização da história de Valença:

Um dia, em 1924, surgiu-me a figura respeitável e querida de Luiz Damasceno, valenciano de alto quilate social, que me trazia, com distinta dedicatória um exemplar de sua “História de Valença” publicada naquele ano. Ao ofertar-me o precioso livro, hoje esgotado, disse-me estas palavras, textualmente: “aí está a pequenina história de nossa terra. Agora espero que você seja o continuador dela”. ... [meu livro] Será de alguma utilidade, e, com certeza, um livro honesto, produto do devotamento à terra do meu berço, que tem a sua história cheia de espiritualidade, onde a pátina do tempo, que precisa ser conservada, vai dando ao ar ambiente o perfume dos belos tempos idos. Esta despreziosa obra é fruto do coração, para o coração dos meus conterrâneos. Pelo menos, um manancial sincero para obra mais completa: a pedrinha de Valença no edifício do Estado, para engrandecimento do Brasil<sup>400</sup>.

O major Porphirio Henriques foi outro que associou sua luta política em Itaperuna à pesquisa histórica para revelar a “*grandeza de sua terra.... a Terra da Promissão*”:

Não lhe tendo sido possível prestar à sua terra os serviços e os benefícios que desejava e idealizou, por vários motivos, sobressaindo os de ordem política e os da falta de recursos materiais, deliberou escrever esta obra que representa mais de 30 anos de trabalho paciente e metucioso empregado devotadamente na coleta de documentos autênticos, informes e fatos verdadeiros, panoramas, fotografias, vistas de matas, cafezais, lugares aprazíveis e tudo quanto de belo e de útil pudesse atestar a grandeza e as possibilidades deste privilegiado rincão fluminense e embelezar A TERRA DA PROMISSÃO... A despeito de todos os tropeços e dificuldades que lhe foram opostos, o autor conseguiu realizar a sua maior aspiração – a de fazer conhecida a grandeza da

<sup>398</sup> Mirtaristides de Toledo Piza. **Itaocara**. Antiga aldeia de índios. Niterói: Diário Oficial, 1946. p. 1.

<sup>399</sup> Arnaldo Pinheiro Bittencourt. **O município de Nova Friburgo**. S/l: s/ed., 1939. p. 3.

<sup>400</sup> Leoni Iório. **Valença de ontem e de hoje**. 1789-1952. Juiz de Fora: Companhia Dias Cardoso S. A., 1953. p. 5.

sua terra, através das páginas documentadas de A TERRA DA PROMISSÃO<sup>401</sup>. (grifos no original)

Por fim haviam aqueles que se dedicavam aos estudos históricos com objetivos de apresentação em congressos científicos. Alberto Ribeiro Lamego produziu sua tetralogia, nas décadas de 1940 e 1950, para participação nos Congressos Brasileiros de Geografia promovidos pelo IBGE. Com *O Homem e o Brejo*, Lamego Filho – como assinou seu primeiro livro – propunha-se a fazer uma interpretação geográfica da história pois “*nosso fim é antropogeográfico. Nosso intuito é apenas relacionar o estudo das formações geológicas, com uma revisão dos fatos mais conspícuos e expressivos da passagem sobre elas do homem trissecular. E, com isso, fomos levados a patrioticamente indicar, de acordo com a formação histórica firmemente sedimentada na psique desse grande grupo étnico, normas de legislação econômica que nos parece conduzirão à prosperidade e ao contentamento coletivo*”<sup>402</sup>.

As diferentes motivações que os orientavam não construíam divergências nas análises. Havia, na verdade, um certo consenso na prática da construção do conhecimento histórico, que será analisada no item 5.4.

### 5.3

#### Quem editava as obras de história fluminense?

A grande maioria dos autores estudados contou com o endosso oficial para a publicação de seus trabalhos. Do conjunto de vinte historiadores, nove contaram com financiamento público local ou estadual; quatro, com as publicações pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; três, por pequenas editoras; um, por uma grande editora e três realizaram seus trabalhos em gráficas.

Do primeiro conjunto, cinco trabalhos foram confeccionados na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro e quatro contaram com dotações das administrações locais ou da Assembleia Legislativa para sua publicação.

<sup>401</sup> Porphirio Henriques (Major). *A Terra da Promissão*. História de Itaperuna. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Aurora LTDA, 1956.

<sup>402</sup> Alberto Ribeiro Lamego. *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1945. p. XXXI.

A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro teve sua origem com a criação do Diário Oficial do estado, em 30 de maio de 1931. Anteriormente os atos oficiais do governo eram publicados no Expediente do Estado do Rio de Janeiro, no Jornal do Comércio ou em outros jornais, conforme o gestor do momento. O ato de criação da empresa estatal abria a possibilidade de as publicações de caráter particular serem editadas pelas oficinas do Diário Oficial com a autorização do Secretário de Interior e Justiça e de acordo com tarifas estabelecidas pelo regulamento da instituição.

Segundo Euclides Pereira Duque, apenas em 1956 é que a já Imprensa Oficial passou a “*imprimir obras de grande valor científico ou literário, de autores fluminenses ou radicados no Estado, há mais de vinte anos*”, com a autorização da lei estadual nº. 2.961<sup>403</sup>. No ano seguinte, o governador Miguel Couto autorizava a Imprensa Oficial a publicar material didático para venda direta ao público, na capital e no interior do estado, no qual deveriam ser veiculados informes sobre a história fluminense:

Sempre que o comporte, o material produzido conterà matéria de ensinamento, como resumo histórico de municípios, produção, formação administrativa, aspectos turísticos e biografias de fluminenses ilustres já falecidos, excluindo-se qualquer propaganda política ou partidária.

Para os cadernos escolares serão adotados os títulos TERRA FLUMINENSE e VULTOS FLUMINENSES devendo o Diretor da Imprensa Oficial promover o registro dos mesmos no órgão competente, os quais serão de propriedade do Estado<sup>404</sup>. (grifos no original)

No entanto, não foi apenas nesse período que o estado publicou obras de autores fluminenses e procurou valorizar a história local. Conforme citamos no capítulo anterior, Rubens Falcão mencionou que, quando esteve à frente do Departamento de Educação do Estado, período esse que abrangeu os anos de 1943 a 1945, foram editados pela administração estadual seis livros que abordavam temáticas fluminenses ou de autores do estado: *O tupi na cultura brasileira*, de Aduino Fernandes; *Casimiro de Abreu*, de Carlos Maul; *Do gênio da língua portuguesa*, de Henrique Lagden; *Vultos Fluminenses*, de Luiz Lamego; *O problema educacional*, de José Duarte; e a segunda edição de *O Estado do Rio de Janeiro*, de José Mattoso Maia Forte<sup>405</sup>. Havia então um plano editorial nas décadas de 1930 e 1940 de publicação de obras que valorizassem a produção intelectual local.

<sup>403</sup> Euclides Pereira Duque. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**. Uma história. 1931-2001. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2001. p. 89.

<sup>404</sup> *Apud. Idem*, p. 91.

<sup>405</sup> Rubens Falcão. **Novos Caminhos na Educação Fluminense**. Niterói: Imprensa Nacional, 1946. p. 31.

Entre as décadas de 1930 e 1950 o Diário Oficial publicou *Notas para a História de Niterói*, de José Mattoso Maia Forte; *História de Niterói*, de Antônio Figueira de Almeida; *Terra de Cantagalo*, de Acácio Ferreira Dias; e *Itaocara, Antiga Aldeia dos índios*, de Toledo Piza.

Entre os agradecimentos que fez Acácio Ferreira Dias àqueles que viabilizaram a publicação de seu livro, consta um a Heitor do Amaral Gurgel, então secretário do Governo:

O Dr. Heitor Gurgel é, no momento que passa, de renovação de valores, o amigo dos jornalistas e o patrono dos escritores que surgem do desconhecido e procuram difundir os seus estudos literários, científicos ou históricos por meio do livro. O incentivo para que se registrem os fastos de cada célula do estado, representada pelos municípios, é a argamassa cultural que solidificará, com testemunho do tempo, a estrutura da obra ciclópica que o Governo Fluminense legará aos pósteros, revivendo nos feitos do passado a glória dos nossos maiores, cuja memória sagrada não pode perecer nas cinzas dos séculos que se vão<sup>406</sup>.

Mas o maior empreendimento editorial desse período foi a impressão de cinco volumes da *Terra Goytacá à luz de documentos inéditos*, de Alberto Lamego. Essa obra começou a ser publicada durante a estada do historiador campista na Europa. Nesse período vieram a lume três volumes nas décadas de 1910 e 1920. O interregno na publicação da obra não é explicado por seu autor no momento da retomada da edição dos cinco volumes finais de sua obra maior. Possivelmente a interrupção tenha ocorrido por falta de apoio financeiro para sua continuidade, problema esse sanado com a política amaralista de publicação de obras da história fluminense.

O livro de Luiz Palmier foi impresso nas oficinas do IBGE mas foi financiado pela municipalidade de São Gonçalo, assim como Ignácio Raposo pôde publicar sua *História de Vassouras* com o apoio dos gestores desta cidade<sup>407</sup>. Roberto Pereira dos Santos publicou a sua *Monografia de Rio Bonito* pela Imprensa Nacional a partir de sua vitória no concurso estabelecido por esta cidade para premiar a melhor monografia sobre a localidade para a comemoração do centenário local, em 1946<sup>408</sup>.

<sup>406</sup> Acácio Ferreira Dias. **Terra de Cantagalo**. Subsídios para a história do município de Cantagalo. Niterói: Imprensa Oficial, 1942. p. XV.

<sup>407</sup> Ignácio Raposo. **História de Vassouras**. Vassouras: Fundação 1º de maio, 1935.

<sup>408</sup> Roberto Pereira dos Santos. **Monografia de Rio Bonito**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

O IBGE publicou 4 das obras analisadas. São elas: *O homem e o Brejo*, *O homem e a serra*, *O homem e a Guanabara* e *O homem e a Restinga*, de Alberto Ribeiro Lamego<sup>409</sup>.

*O homem e o brejo* foi escolhido pelo IBGE como a obra inicial da Biblioteca Geográfica Brasileira, Serie A – Livros. Segundo Christovam Leite de Castro, Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, tal escolha se devia ao desenvolvimento da geografia no país:

O progresso da Geografia pátria depende fundamentalmente da intensificação dos esforços dos nossos pesquisadores na elaboração de monografias sobre as diversas regiões brasileiras, de acordo com os métodos geográficos modernos. Só então será possível a organização de grandes sínteses nacionais, que compreendam o território brasileiro em sua complexidade<sup>410</sup>.

Conforme já indicamos no primeiro capítulo, o IBGE investia na construção de monografias regionais que permitiriam o reconhecimento do território nacional, seguindo a influência da geografia francesa.

Havia então um movimento editorial em que a história fluminense possuía um lugar. Em grande parte as edições eram realizadas ora pela rede de sociabilidades estabelecidas pelos seus autores, que no mais das vezes envolvia o poder local ou estadual, ora contavam com os próprios recursos dos seus autores, que desejavam ver materializado em livro seus esforços de pesquisa.

## 5.4

### Como se escreveu a história fluminense?

Não era comum entre os historiadores analisados a produção de textos de caráter metodológico, sistematizando suas apreensões acerca do fazer historiográfico. Os poucos indícios que nos deixaram estão expressos em frases esparsas nas introduções de

<sup>409</sup> Alberto Ribeiro Lamego. **O homem e o brejo**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1945. \_\_\_\_\_. **O homem e a restinga**. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1946. \_\_\_\_\_. **O homem e a Guanabara**. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1948. \_\_\_\_\_. **O homem e a serra**. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1950.

<sup>410</sup> Alberto Ribeiro Lamego. **O homem e o brejo...** p. VII

seus estudos ou por um outro comentário no decorrer do texto. Depreende-se mais suas concepções de história por seu fazer do que por um texto programático.

Antônio Figueira de Almeida foi um dos poucos que melhor expuseram suas ideias acerca do ofício do historiador. Na introdução de sua *História de Niterói*, assim se expressou:

Uma história não é, e não pode ser unicamente, uma narrativa. Ela tem também de ser um balanço das energias e do poder criador dos homens. Aqui, por isso, se verá, num extremo, a aldeiola de Martim Afonso Araribóia, e, no outro, Niterói com seus palácios, indústrias e os seus já 120.000 habitantes, ou mais. Procurei, assim, fazer bem nítido esse milagre de todos os dias que só pode ser apreciado pelas sínteses de século a século – a semelhança do que é realizado na sucessão das eras da Natureza<sup>411</sup>.

A história não seria uma simples organização dos fatos em ordem cronológica. Conforme citado no capítulo II, o próprio Figueira de Almeida já indicava em sua palestra na Renascença Fluminense que era tarefa do historiador identificar os períodos, as fases que compunham a história. Cada uma possuiria caracteres definidos, “*cujá concatenação forma o todo contínuo e harmônico*”<sup>412</sup>. A simples narração da sucessão dos fatos desenrolados em uma comuna não permitiria tal operação, pois, assim, não seria possível demonstrar a grandeza da ação humana vencendo a natureza, transformando-a e construindo condições para a vida local, enfim “*o poder criador dos homens*”. Isso só seria possível se o historiador analisasse o conjunto da obra, a “*síntese de século a século*”. Equiparam-se as fases históricas às Eras Geológicas, por ele denominadas Eras da Natureza. Estas não se prendem a um episódio. Suas mudanças ocorrem lentamente, proporcionando continuidades que duram séculos e até mesmo milênios. Em relação à história, ela também assim o é. As fases históricas seriam definidas a partir da análise do conjunto, evidenciando uma relação de continuidade e ruptura, em que esta última deveria ser compreendida como mudança “*harmônica*”.

A história, neste caso, tem uma dupla função. Por um lado ela serve para demonstrar a incrível capacidade do homem em transformar sua vida e nesse sentido ela é exemplar. Um seu contemporâneo, Luiz Palmier, por exemplo, afirmava que “*ao historiador cabe uma missão: alertar os povos no sentido de não menosprezarem, antes procurarem sobrelevar, as suas glórias, os seus feitos, as suas tradições*”<sup>413</sup>.

<sup>411</sup> Antônio Figueira de Almeida, *op. cit.*, p. 3.

<sup>412</sup> Antônio Figueira de Almeida. **Os fluminenses na história do Brasil**. Niterói: Tipografia Jeronymo Silva, 1928. p. 11.

<sup>413</sup> Luiz Palmier. Centenário de Itaverá. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio. N. 2. 1949. p. 39.

Palmier combatia uma visão de que o passado devia ser esquecido para construção do presente. A exemplaridade da história que daí se depreende não seria no sentido antigo, para imitação<sup>414</sup>. Realçar a tradição deveria servir para construção do novo, de um tempo novo. O exemplo do passado deveria servir para construir um elo de grandeza e continuidade. Grandeza que valorizava o fluminense por sua história e continuidade expressa na idéia de missão onde estes deveriam continuar a obra de seus antecessores que souberam vencer as condições históricas e se tornar, na sua ótica, o principal grupo dirigente do país.

A idéia da continuidade é um dos outros elementos constitutivos da história. O devir é construído a partir do que se foi. O estudo do passado serviria para construir um elo na cadeia do progresso local. A idéia de que o futuro seria venturoso, e assim seria pelo passado já tê-lo sido, perpassa todas as obras consultadas.

A história tinha assim uma função pedagógica em sentido mais amplo do que o escolar. Os livros analisados não tinham como público alvo os discentes nem os docentes das escolas locais, à exceção de *Apontamentos para a história do município de Cantagalo*, de Acácio Ferreira Dias, que, abaixo do título, fixava: “*para uso das escolas municipais*”<sup>415</sup>. Apesar disso, esperavam que seus estudos fossem absorvidos pelo magistério e divulgados na escola; desejo expresso fosse por dedicatórias ao magistério ou aos alunos, como no caso de Amaral Barcellos, fosse com a inclusão de capítulos dedicados à história da educação nas localidades, como, entre outros, Porphirio Henriques e Luiz Palmier.

A pedagogia da história aqui proposta almejava instruir outros grupos além do escolar. Seu objetivo também era formar uma consciência histórica junto aos grupos dirigentes e às lideranças locais. Apresentar-lhes a verdadeira história local deveria proporcionar-lhes a idéia de continuadores da obra pretérita. Revelar uma história agora verdadeira, pois que baseada na pesquisa documental e bibliográfica que seus autores tinham realizado e não apenas na tradição oral ou em relatos errôneos.

---

<sup>414</sup> Sobre as concepções antigas e modernas de história conferir. Hannah Arendt. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005. Reinhart. Koselleck. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

<sup>415</sup> Acácio Ferreira Dias. **Apontamentos para a história do município de Cantagalo**. Para uso das escolas municipais. Niterói: Typ. 9 de julho, 1934.

### 5.4.1 - As fontes históricas

*Rien ne supplée aux documents; pas de documents, pas d'histoire.* A máxima de Langlois e de Seignobos presente em seu famoso manual de introdução aos estudos históricos serviu como epígrafe para Alberto Lamego abrir sua grande obra: *A terra Goytacá à luz de documentos inéditos*, cujo primeiro volume foi publicado em 1913. Na verdade, a questão da documentação como forma de construção do conhecimento histórico sobre a localidade já se fazia presente no próprio título<sup>416</sup>.

A lição dos mestres franceses, aprendida e divulgada por Alberto Lamego, fixou sólidas bases na historiografia que se produziu entre as décadas de 1930 e 1950 no estado do Rio de Janeiro.

Pedro Curio, por exemplo, afirmou que “*não nos preocuparemos com o lado literário, pois [...] qualquer frincha na contextura lógica dos fatos, por onde passe um raio irisado de fantasia, compromete toda a narrativa pelo descrédito que lança sobre os episódios mais bem catalogados e aceitos. A história é assim inconciliável com a fantasia*”<sup>417</sup>. A história que se queria verdadeira, científica, não poderia ser conciliada à literatura. Tal cientificidade só seria alcançada com o alicerce das fontes documentais.

Nesses estudos não eram privilegiados apenas os documentos oficiais ou ligados às personalidades políticas – impressos ou manuscritos. Benedito Jordão dos Santos, para elaborar a história de Angra dos Reis, diz que consultou

vários historiadores e coleções de jornais locais, ouvi amigos e a isso aliei os conhecimentos que tenho do município, adquiridos, em grande parte, em minha passagem pela Agência Municipal de Estatística, organizando por fim este trabalho, que não chega a ser, por certo, um epítome completo de nossa história<sup>418</sup>

A história local então não poderia ser feita apenas com os documentos oficiais. Dever-se-ia utilizar as mais variadas fontes: jornais, dados estatísticos e entrevistas, além de consultar os historiadores, aqueles já tivessem escrito sobre a localidade ou os

<sup>416</sup> Alberto Lamego. *A Terra Goytacá à luz de documentos inéditos*. Bruxelas: L’Edition D’Art, Vol 1 – 1913; Vol 2 – 1924; Vol. 3 – 1925/ Niterói: Diário Oficial, Vol. 4 – 1941, Vol. 5 – 1942. Vol. 6 – 1943, vol. 7 – 1945 e Vol. 8 – 1947.

<sup>417</sup> Pedro Curio. *Como surgiu Friburgo*. Esboço histórico e episódico. 1818-1840. Friburgo: s/ed., 1944. p. 7-8.

<sup>418</sup> Benedito Jordão de Souza, *op. cit.*, p. 5.

que a pesquisavam. A bibliografia era um elemento importante, pois conferia credibilidade ao que estava sendo escrito. Figueira de Almeida, por exemplo, indicava aos críticos que “*antes de uma refutação procure, pois, o leitor informar-se melhor – tomando conhecimento da bibliografia que vai ao fim*” de sua *História de Niterói*<sup>419</sup>. A prática, pouco usual nas histórias locais do século XIX, de dar a referência completa aos trabalhos consultados<sup>420</sup>, tornou-se comum nos trabalhos do período, fosse em notas de rodapé, fosse em listagens bibliográficas ao fim ou no início da obra. Isso é um dos elementos que denotam uma preocupação com a cientificidade do trabalho apresentado ao grande público.

Amaral Barcelos foi um daqueles que lançaram mão de fontes pouco usuais até então. Para elaborar seu estudo para o cinquentenário de Barra do Piraí, realizou “*coletânea de diferentes fontes que considere das mais autorizadas e preciosas, além de muitos episódios que me foram relatados pelas próprias testemunhas, alguns por pessoas das mais antigas, aqui residentes desde 1873*”<sup>421</sup>. Por tal feito, seu prefaciador, Barbosa Leite, valorizou o trabalho:

Muita gente pensará que fatos por ti narrados são produtos de tua imaginação ou da imaginação de quem tos narrou, mas um historiador, Barcellos, não deve dispor exclusivamente das chamadas fontes materiais consubstanciadas nos monumentos ou documentos escritos. O historiador inteligente procura a fonte da tradição, baseada na memória dos fatos e transmitida oralmente pelo Zé Povinho. Em história – já diziam os povos latinos da antiguidade – ninguém mente por mentir e sem razão (*nem gratis mendax*)<sup>422</sup>.

Entre os entrevistados por Amaral Barcelos estava “*uma relíquia*” do município, o primeiro sub-delegado local Frutuoso Gil Gonçalves, chegado à localidade com vinte anos em 1873 e que contava, em 1940, com 87 anos de idade.

<sup>419</sup> Antonio Figueira de Almeida, *op. cit.*, p. 3.

<sup>420</sup> No século XIX foram redigidas as primeiras histórias fluminenses. A consulta a tais livros se deu apenas de maneira comparativa, não sendo nosso objeto específico de estudo. No caso em questão, a grande maioria dos autores consultados apenas mencionava o autor ou o livro consultado sem se preocupar em dar a referência completa à obra. Entre esses casos: Fernando José Martins, Augusto de Carvalho, Honório Lima e Julio Feydit. Cf. Augusto de Carvalho. **Apontamentos para a história da Capitania de São Tomé**. Campos: Typ e Lith. de Silva, Carneiro & Comp., 1888. Júlio Feydit. **Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes**. Campos: Typographia a vapor de J. Alvarenga & Companhia, 1900. Honório Lima. **Notícia histórica e geográfica de Angra dos Reis**. [1889]. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1972. Fernando José Martins. **História do descobrimento e povoação de São João da Barra**. S/l: s/ed., 1868.

<sup>421</sup> Amaral Barcelos, *op. cit.* p. XV.

<sup>422</sup> *Ibid.*, p. XII.

Na impossibilidade de entrevistar diretamente os personagens, Roberto Pereira dos Santos solicitou dados históricos por correspondência. Para suas pesquisas ele dividia

Cronometricamente as horas, passo do Arquivo Nacional à Biblioteca; desta ao Instituto Histórico; deste ao meu posto de observação climática, toscamente improvisado em casa do velho amigo Agenor, em Rio Bonito; e, por fim, ao meu gabinete de estudos, no Rio, *onde recebo dados biográficos e genealógicos solicitados por carta a riobonitenses ilustres*.<sup>423</sup> (grifos meus)

As informações colhidas dos depoentes eram verificadas junto à documentação localizada. Sobre a origem do município de Barra do Piraí, por exemplo, Amaral Barcelos esclareceu que: “*afirma o saudoso poeta e publicista, Ovídio dos Santos Melo, que o povoado teve seu marco inicial nesse ano de 1853 [...] Pelas investigações procedidas em várias fontes, tais asserções merecem absoluto crédito...*”<sup>424</sup>.

Barbosa Leite, no prefácio citado, expressava uma idéia já comum à época de que a história era obra de construção intelectual do historiador. Era ele que coletava, selecionava e indicava aquelas mais viáveis a seu objetivo. Em seu manual, Langlois e Seignobos afirmavam que o historiador tinha de ter cuidado ao escolher seu tema de pesquisa, especialmente pela questão da localização das fontes, no seu caso as fontes oficiais, preservadas ou não nos arquivos públicos<sup>425</sup>. Para a construção da história das regiões e localidades esse limite era ainda maior. As fontes oficiais locais não lhes permitiam a construção de toda a história local. Por outro lado, os documentos oficiais não davam a vivacidade que eles queriam transmitir ao reunir dados sobre os fatos e feitos da comuna com a inclusão de informações sobre associações, casas comerciais, movimentos cívicos etc.

Havia ainda a questão do descarte de acervos públicos como os ocorridos na década de 1940 em Itaboraí<sup>426</sup> e na seguinte em Rio Bonito<sup>427</sup>.

<sup>423</sup> Roberto Pereira dos Santos. **Monografia de Rio Bonito**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. p. 6-7

<sup>424</sup> Amaral Barcelos, *op. cit.*, p. 23.

<sup>425</sup> “*Escolha cada qual, pois com meticoloso cuidado, o assunto para seus trabalhos e evite o erro imperdoável de o eleger ao acaso. Certos temas, no estado atual dos instrumentos de pesquisa, só podem ser tratados à custa de enormes joiramentos, em que a inteligência e a vida se gastam sem proveito...*”. Charles V. Langlois & Charles Seignobos. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Editora Renascença, 1946. p. 30

<sup>426</sup> Itaboraí: Um patrimônio histórico. In: **O Tablóide**. Itaboraí. Maio de 1996. p. 4

<sup>427</sup> Informação prestada pelo professor Arnulpho Santiago, pesquisador da história da Câmara Municipal de Rio Bonito.

Na ausência de fontes oficiais, lançava-se mão da consulta aos periódicos, da história oral e especialmente dos relatos de viajantes.

Os viajantes tornaram-se uma fonte obrigatória para todos aqueles que se propunham a interpretar o país, entre as décadas de 1930 e 1950. Os esforços de reinterpretar a realidade brasileira por aqueles que se envolveram nos *Estudos Brasileiros* levaram a empreendimentos editoriais configurados nas coleções Brasiliana, da Companhia Editora Nacional; na Documentos Brasileiros, da José Olympio Editora; e na Biblioteca Histórica Brasileira, organizada pela Livraria Martins Fontes a partir de 1940. Estas, em especial a última, dedicaram-se à reedição de viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil ao longo do século XIX<sup>428</sup>.

As fontes oficiais, no entanto, tinham primazia na construção do texto histórico, pois estavam intimamente ligadas à concepção dos historiadores de que o Estado é o grande promotor da vida local ao criar agências públicas – educação, saúde, segurança, assistência social. Sua ação através dos atos normativos era a que imprimia o ritmo das mudanças locais, caracterizada em grande parte desses estudos como sendo a sua evolução político-administrativa. Dentre os documentos mais citados encontramos as cartas régias, os aforamentos, os Relatórios de Presidentes de Província, a legislação estadual e municipal, entre outros.

A leitura cuidadosa dessas fontes possibilitava ao estudioso reparar erros de antecessores descuidados ou mesmo tendenciosos por seus patriotismos.

Duas passagens de Frei Aurélio Stulzer são esclarecedoras nesse sentido. Teria o religioso descoberto o verdadeiro alferes que dera o nome à cidade de Paty do Alferes. Assim desqualificava o trabalho de antecessores: “*um dos compiladores de antiquilhas vassourenses, ou Alberto Brandão, ou Jorge Pinto, adianta a impossibilidade de estabelecer a origem do nome. Como o município é grande e com a miopia congênita de vassourenses não estranhemos em nada esta conclusão...*”<sup>429</sup>.

Em outra parte diz o padre da Matriz de Paty do Alferes que

Em turras inofensivas, que as há entre pesquisadores, como entre torcedores de futebol, arrisquei, numa delas, com o Dr. Francisco Kloers Werneck, minha cabeça em como Salvador da Silva Fidalgo era filho do nosso fundador Francisco Tavares.

Ora uma cabeça, sendo a minha, por menos que valha, não a entregaria assim.

<sup>428</sup> Heloísa Pontes. Retratos do Brasil: Um estudo dos editores, das editoras e das Coleções brasileiras nas décadas de 1930,40 e 50. In: **BIB**. Rio de Janeiro, nº. 26, 2º semestre de 1988.

<sup>429</sup> Aurélio Stulzer, *op. cit.*, p. 10.

Vou dar as fontes talvez inacessíveis para o meu amigo pesquisador – Louveime nas certidões de 11-9-1817, de Luiz Paulo Lobo da Costa e Alexandre das Chagas Tavares, na qual dizem “que sua mãe Bárbara Correa de Oliveira vende”... [Bárbara Oliveira era esposa de Francisco Tavares]<sup>430</sup>.

A. de Ribeiro Sá escreveu a história da origem da cidade de Entre Rios visando homenagear seu avô e também corrigir um “*erro histórico*”, pois a falta de registros dessa história havia levado o prefeito municipal a retirar o nome do Barão de Ribeiro Sá, um dos fundadores, de uma das ruas centrais da cidade, substituindo-o pelo Presidente Getúlio Vargas.

Este trabalho não é apenas uma homenagem à memória dos saudosos fundadores da cidade fluminense de Entre Rios, um dos quais meu avô. É também tributo à verdade histórica que aos meus contemporâneos assiste o direito de conhecer.

Isto porque seus nomes não constituem hoje um patrimônio individual, mas da própria cidade que delinearam.

Procurei escrever a origem e fundação de Entre-Rios, sem falar por mim mesmo.

Preferi reproduzir, resumindo, os fatos históricos que encontrei em atas, relatórios e documentos de arquivos públicos, que resistem a toda e qualquer meticulosa análise.

São destituídos de valor os artigos da imprensa periódica, quando não se apresentam acompanhados da força oriunda da verdade comprovada.

De folhas esparsas constitui este ramallete, com sincera fidelidade e emoção.

Dos dias do passado é o eco que revivo da voz meiga e imorredoura da verdade, a qual transmito aos meus contemporâneos.<sup>431</sup>

As polêmicas levantadas deram-se em relação aos personagens. A questão da mudança do nome de uma rua substituindo um personagem local por um outro estrangeiro – neste caso, o presidente da República – atingia a identidade local. Ribeiro de Sá não era contra a homenagem que se fazia a Vargas desde que essa não tirasse o nome de seu avô de uma das ruas principais da cidade, da qual ele teria sido um dos pioneiros. O nome em logradouro público simbolizava o reconhecimento pela obra do personagem e, para lhe exaltar a memória, Ribeiro de Sá escrevia um livro que não se queria biográfico mas que ressaltava o papel do Barão de Ribeiro de Sá na fundação da cidade de Entre Rios.

Para além das rivalidades intelectuais e da defesa da memória familiar, as citações anteriores nos apresentam uma concepção de que o conhecimento histórico só

<sup>430</sup> *Ibid.*, p. 28.

<sup>431</sup> A de Ribeiro Sá, *op. cit.*, p. 3-4.

pode ser construído a partir de fontes. Buscavam-se todos os vestígios materiais do passado possíveis. O major Porphirio Henriques afirmara que dedicara

mais de 30 anos de trabalho paciente e meticuloso empregado devotadamente na coleta de documentos autênticos, informes e fatos verdadeiros, panoramas, fotografias, vistas de matas, cafezais, lugares aprazíveis e tudo quanto de belo e de útil pudesse atestar a grandeza e as possibilidades deste privilegiado rincão fluminense e embelezar A TERRA DA PROMISSÃO...<sup>432</sup>

Havia nisso reminiscências antiquárias no sentido da coleção dos mais variados vestígios do passado na construção de uma narrativa sobre o tempo pretérito. No entanto, os antiquários valorizavam os objetos em si. Estes teriam valor simplesmente por existirem e serem ícones de um tempo passado. Essa perspectiva também aparece nos escritos dos historiadores analisados. Em vários casos, encontramos a reprodução de imagens e quadros que representavam prédios, personalidades e eventos ocorridos na localidade.

O antiquariado era uma prática historiográfica tida como superada com o processo de cientificização do conhecimento histórico ocorrido nos séculos XVIII e XIX. Essa prática possuía raízes no período greco-romano, segundo Arnaldo Momigliano. Os métodos de estudo, os objetos, os objetivos e a escrita da história eram diferentes nas concepções antiquárias e históricas. Enquanto aquele se interessava pelos mais variados aspectos sociais, a história identificava-se com a política, por exemplo:

De modo negativo, estes estudos [antiquários] eram caracterizados por uma falta de interesse primordial pelo aspecto político, por uma indiferença pelas questões contemporâneas de importância geral e por uma falta de qualidade retórica. De modo positivo, estes estudos eram caracterizados por um interesse pelos detalhes minuciosos do passado, por um patriotismo local não disfarçado, pela curiosidade por eventos pouco comuns e por monstruosidades, e pela ostentação da erudição como um fim em si mesma.<sup>433</sup>

Sistemáticos em seus estudos, os antiquários dissertavam amiúde sobre uma temática, um evento, um objeto, um monumento. Uma outra característica peculiar desses estudiosos era seu fascínio pelos vestígios materiais do passado, em detrimento da documentação escrita.

A Renascença retomou essas práticas, em especial com o recolhimento dos monumentos do passado greco-romano. Para os antiquários de então esses vestígios

<sup>432</sup> Porphirio Henriques, *op. cit.*, p. 23

<sup>433</sup> Arnaldo Momigliano. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004. p. 94.

seriam a possibilidade de conhecimento do real passado pelas suas marcas sobreviventes. O Antiquariado chegou a ser cátedra universitária na Inglaterra do século XVII.

A cultura histórica oitocentista desqualificou esse discurso, estereotipando-o:

Amante das coisas do passado, erudito desprovido de um sentido mais contemporâneo por sua atividade colecionista, alheio às questões centrais de seu tempo e devotando ao passado um culto religioso, sacralizando os seus objetos pelo próprio fato de trazerem “em si” inscritas as marcas de um tempo passado e distante como que um signo suficiente para o seu valor.<sup>434</sup>

A moderna concepção de história, pautada pelo Iluminismo, imprimiu a noção de progresso à História. O estudo do passado deveria levar à compreensão do presente. Ele deixava de ser um dado em si para se tornar objeto do conhecimento do processo de transformação que marca as sociedades. O passado reafirmou o seu papel modelar ao dar as explicações do tempo presente. As particularidades do desenvolvimento histórico de cada povo eram consideradas peculiaridades do mesmo processo que levariam a humanidade a atingir o mesmo grau de progresso.

As inovações, no entanto, não apagaram elementos da tradição historiográfica anterior. No século XIX, já não era mais o interesse pelas antiguidades greco-romanas que atraía os estudiosos. Os nacionalismos despertavam o interesse pela história pátria, pelas raízes nacionais. Esse é o momento do desenvolvimento da arqueologia, da busca pelas “*antiguidades*” de cada país. Realizaram-se grandes inventários de bens patrimoniais e escavações para o descobrimento de vestígios materiais que permitiriam demonstrar a antiguidade da nação. Com isso, foram criados museus e coleções divulgadoras e organizadoras de uma certa história.

As práticas antiquárias foram ressignificadas, os saberes que a compunham, como por exemplo, a arqueologia, a numismática, a cronologia, tornam-se conhecimentos auxiliares da história. Instituições, como o Instituto Histórico de Paris (França), a Real Sociedade dos Antiquários do Norte (Dinamarca) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao organizarem suas classes, apresentam um viés antiquarista com seções dedicadas à história natural, à arqueologia e às histórias nacionais. Essas instituições propõem iniciativas para organização de grandes coleções de objetos/monumentos e documentos úteis ao estudo da história pátria. A Sociedade

---

<sup>434</sup> Manoel Salgado Guimarães. Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história. In: **Humanas** (IFCH/UFRGS), Porto Alegre, v. 23, n° 1/2. 2000. p. 114.

dinamarquesa e o Instituto brasileiro, por exemplo, dedicam-se aos estudos dos povos nativos<sup>435</sup>.

Se, por um lado, havia essa relação antiquária desses historiadores com os vestígios do passado, por outro, eles também eram considerados fontes documentais. Material primordial para a construção da narrativa, eram eles que possibilitariam a análise e a interpretação da história local. Eram eles que embasariam a narrativa interpretativa que definiria as fases históricas locais e suas mudanças.

O privilégio pelas fontes escritas sobre o registro oral ocorria por este ser considerado mais parcial que os demais. Até mesmo aquele que mais utilizou a fonte oral, Amaral Barcelos, lançou mão de outras fontes para confirmar as informações dos depoentes. Este era valorizado para suprir carências, ausências das fontes tradicionais. Havia aí então uma preocupação com a construção de um conhecimento científico e, por isso, verdadeiro.

#### 5.4.2 – Periodização

Em citação transcrita anteriormente, Figueira de Almeida afirmava que o importante na construção da história não eram os fatos cronológicos mas sim sua interpretação. Isso não significava que se deveria abandonar a cronologia priorizando uma narrativa que abordasse temáticas. Poucos foram os livros que adotaram tal modelo. *Terezopolis*, de Armando Vieira, foi um deles. Seu autor reuniu, em 1938, crônicas que vinha publicando no *Jornal do Comércio* desde 1935<sup>436</sup>. Essas crônicas históricas versavam, em grande parte, sobre temas ligados à sua experiência enquanto construtor, junto com seu pai, da Estrada de Ferro Teresópolis<sup>437</sup>. Por isso, abordava

---

<sup>435</sup> Cf. Manoel Salgado Guimarães. Para reescrever o passado como história: O IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In: Alda Heizer; Antônio Augusto Passos Videira. (Orgs.). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 1-28. Lúcia Maria Pascoal Guimarães; Brigitte Holten. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Real Sociedade dos Antiquários do Norte e o Dr. Peter Wilhelm Lund: a suposta presença escandinava na Terra de Santa Cruz e a ciência**. Comunicação apresentada no encontro de Latin American Studies Association. México, 1997. (texto acessado em [www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br))

<sup>436</sup> Armando Vieira. **Terezopolis**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1938.

<sup>437</sup> A. Osiris Rahal. **Ruas de Teresópolis**. Seus bairros, prédios e monumentos. Significado histórico de suas modificações. Rio de Janeiro: Soc. Gráfica Vida Doméstica Ltda, 1983. p. 267.

temas como as viagens, as vias de comunicação, meios de hospedagem e o Therezopolis Golf Club, do qual foi um dos fundadores<sup>438</sup>.

Benedito Jordão de Souza afirmava que sua opção pelos temas seguia a orientação do IBGE.

Exponho os fatos sem muito me preocupar com a ordem cronológica dos mesmos, porquanto procurando seguir, o mais perto possível, a orientação traçada pelo IBGE para apresentação de monografias municipais, preferi dividi-lo em capítulos curtos, versando cada um deles sobre determinado fenômeno<sup>439</sup>.

Neste caso são os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, normalmente abordados em linha cronológica.

A cronologia não era abandonada pela maioria dos historiadores aqui tratados, inclusive por Figueira de Almeida. Ao se traçar o histórico do município, partia-se de seu descobrimento, que variava conforme o momento da chegada dos colonizadores na localidade, do século XVI ao XVIII.

Mesmo um livro, cujo título *Itaocara, Antiga Aldeia de Índios* nos levaria a supor uma maior atenção à questão indígena, toma como marco inicial a chegada do colonizador na região. Neste caso, foi a chegada dos missionários capuchinhos em São Fidélis região que abrangia as terras onde se organizou a Aldeia da Pedra (Itaocara). Afirmava o historiador: “*é que em São Fidélis foi lançado, por assim dizer, o primeiro marco da função da Aldeia da Pedra*”<sup>440</sup>.

Leoni Iório, escrevendo sobre a *Valença de Ontem e de Hoje*, iniciou seu texto da seguinte maneira: “*O homem civilizado, transbordante de ideal, descortinara, nos horizontes de suas cogitações, o grande futuro... E deixando a Guanabara, subira a Serra, de machado em punho...*”<sup>441</sup>.

Mattoso Maia, por exemplo, foi um dos que firmavam a origem de Niterói ligada ao episódio da França Antártica e à instituição do aldeamento de Araribóia. Vencidos os franceses e tamoios, as terras das margens da Baía foram concedidas aos combatentes portugueses. As “*barreiras vermelhas*” teriam sido cedidas inicialmente a D. Antônio

<sup>438</sup> A título de exemplificação transcrevo o sumário do livro: Origem de Therezopolis – Seus povoadores; A villa antiga; Quebra-frascos; Therezopolis Golf Club – Cascata do Imbuy; Hotel Higinio; Carnaval; A viagem atual; Como era a viagem para Therezopolis; as ruas; Estradas de rodagem; Fonte Judith, Ermitage; Um sonho; Meios de comunicação; A Capital; Uma batida aos macucos; Durante a Revolta de 1893; O Dedo de Deus; e Estrada de Ferro Therezópolis.

<sup>439</sup> Benedito Jordão de Souza, *op. cit.*, p. 5-6.

<sup>440</sup> Toledo Piza. **Itaocara...** p. 11.

<sup>441</sup> Leoni Iorio, *op. cit.*, p. 7.

de Mariz, que as renunciou “nas mãos do governador Mem de Sá para que este as doasse a Araribóia.[...] Assim se fixaram na história da cidade nascente as terras que são hoje a cidade de Niterói”<sup>442</sup>. José Mattoso Maia Forte afirmava a origem da cidade no ato do governo português.

Para Luiz Palmier, a “*história de São Gonçalo, freguesia ou distrito, integrava-se no âmago dos fastos das antigas paróquias ou da Vila Real da Praia Grande*”. São Gonçalo, com suas especificidades, pois “*não se despessoalizaram, entretanto, os acontecimento de aspectos locais*”, teria iniciado assim no mesmo contexto que Niterói, na expulsão francesa e tamoia e na concessão das sesmarias a colonizadores portugueses, no seu caso Gonçalo Gonçalves<sup>443</sup>.

A história local só teria início a partir da chegada do colonizador representante da civilização que a levava aos confins do território brasileiro partindo do litoral.

De maneira geral os historiadores analisados têm os marcos da história pátria como pano de fundo para a construção da trajetória histórica local. Aqueles que mais se esforçaram para associar a história da cidade à história nacional foram Antônio Figueira de Almeida e Acácio Ferreira Dias. O primeiro divide a história de Niterói em quatro períodos: “*as primeiras notícias, os tempos coloniais, a capital da província e os fastos da era republicana*”<sup>444</sup>. Já o outro estabelece em seis os períodos para a história de Cantagalo: *o período colonial (1786-1822), da independência ao fim do I Reinado (1822-1831), da Abdicação de D. Pedro I ao fim da Regência (1831-1840), Do II Império à Proclamação da República (1840-1889), Cantagalo na I República (1889-1930), e A Revolução e o Primeiro Governo do Município (1930-1935)*<sup>445</sup>.

Em geral os historiadores esforçavam-se para demonstrar a participação da localidade nos eventos da história nacional: nas lutas pela independência, na aclamação do imperador, nas regências, no abolicionismo, no processo de proclamação da República. Mas não são essas as balizas cronológicas mais usuais. Nesse ponto eles constroem periodizações próprias de acordo com experiência histórica de cada localidade.

Ignácio Raposo dividiu a *História de Vassouras* em seis períodos: *Período patense (de 1820 a 1833), período de formação (de 1833 a 1854), período áureo (de*

<sup>442</sup> José Mattoso Maia Forte, *Notas...* p. 9-10.

<sup>443</sup> Luiz Palmier. *São Gonçalo cinquentenário*. P. 15-17

<sup>444</sup> Antônio Figueira de Almeida. *História de Niterói...*

<sup>445</sup> Acácio Ferreira Dias. *Terra de Cantagalo...*

1854 a 1878), período de decadência (de 1878 a 1914), período de soerguimento (de 1914 a 1930) e período de remodelação (de 1930 até os nossos dias).

Valença teve sua história dividida por Leoni Iório em *Sertão, Aldeia, Vila e Cidade*. Já Bom Jardim teve duas fases: as “*Épocas primitivas*” e a “*criação do município*”, como a dividiu Manoel Erthal<sup>446</sup>.

Alberto Lamego dividiu a história campista em três períodos. Entre 1500 e 1674 foram os primeiros tempos; entre 1674 e 1753, o período do Domínio dos Assecas; e entre 1753 e 1822 o Domínio da Coroa. A esses períodos destinou quatro dos oito tomos da sua obra. O século XIX e o XX foram tratados como “páginas avulsas” em dois volumes. Os últimos dois tomos da obra foram dedicados às efemérides campistas<sup>447</sup>.

Os ritmos da passagem do tempo na localidade foram normalmente marcados pela evolução político-administrativa. Ressaltava-se a passagem de capela a paróquia, a vila e a cidade como indícios de progresso. A passagem do tempo seguia, neste caso, apontando para o presente. Quanto mais rápida a evolução administrativa, maior indício de prosperidade e progresso local. Por outro lado, tal ideia expressa a importância que esse grupo atribuía ao Estado como agente promotor e/ou consolidador do progresso local. Os atos administrativos eram tidos como aqueles que impulsionavam ou reafirmavam a evolução da localidade estudada. Tais ideias eram importantes especialmente no momento em que se depositavam no estado as esperanças e anseios de reconstrução do lugar fluminense no concerto nacional.

Uma última questão em relação a como esses historiadores lidavam com o tempo diz respeito ao presente. Quanto a este havia reservas. O presente não era história, não era o passado ao qual era possível estudar imparcialmente como arvorava-se a cientificidade do período. Muitos desses escritores estavam envolvidos na criação e organização de instituições ou em disputas político-partidárias que marcaram a primeira metade do século XX. Havendo interesses diferentes em jogo, dos quais eles eram partidários, não era possível a isenção de valores necessária à interpretação dos fatos.

Amaral Barcelos afirmava que seu estudo não ultrapassaria a data limite de 1914 pois

---

<sup>446</sup> Manoel Erthal. **Bom Jardim**.

<sup>447</sup> Alberto Lamego. **Terra Goitacá...**

Está na memória de uma geração, cujos componentes vivos são em número elevado... Personagens que participaram da política e da administração de Barra do Piraí, estiveram em luta com facções a que me filiei. Amigos e adversários, teriam que vir à flor dos acontecimentos e, por muita imparcialidade, não seria eu compreendido como simples enunciador de fatos<sup>448</sup>.

Toledo Piza também não avançou muito nos fatos republicanos:

É que esses fatos, sob o ponto de vista histórico, ainda são bem recentes. Não podem ser olhados com isenção de ânimo. Só o historiador do futuro poderá, alheio às influências do ambiente, melhor os apreciar, focalizando-os sem que se deixe trair pelos quadros que lhe vem aos olhos, ou pelas teias da amizade, que é, em matéria de história, má conselheira. Foi por isso que não nos detivemos, por muito, tracejando a vida de Itaocara, nos dias de hoje, no panorama atual, receosos de que fugíssemos à imparcialidade, tão necessária aos que estudam a vida dos homens e os fatos que se desenrolam entre os povos<sup>449</sup>.

A história científica deveria ser imparcial. O tempo presente não possuía o afastamento necessário a para ser analisado com a neutralidade esperada de um historiador. Essa incapacidade ocorria, pois eles estavam envolvidos com seus acontecimentos, e, neste caso, não se deveria avançar sobre o tempo vivido. Tal neutralidade almejada não era totalmente alcançada. Na sequência da citação anterior, Toledo Piza, remata: “*mas a verdade é que Itaocara, nesses últimos tempos, tem progredido*”.

### 5.4.3 - O espaço-território

Uma outra questão importante era a construção e identificação do espaço local.

A princípio buscava-se delimitar a unidade territorial da municipalidade e definir-lhe as sub-divisões – distritos e bairros. Essa preocupação é herdeira dos processos de constituição dos Estados Nacionais modernos em que a questão da definição das fronteiras era um elemento-chave em suas preocupações.

A geografia era o ponto, no entanto, em que a influência do pensamento lablachiano se fazia mais patente. O meio natural colocava-se como elemento bruto que fora vencido na obra civilizadora do colonizador. No caso valenciano, Leoni Iório colocou-a como um obstáculo a ser vencido:

<sup>448</sup> Amaral Barcelos, *op. cit.*, p. XVI-XVII.

<sup>449</sup> M. Toledo Piza, *op. cit.*, p. 280

Após vencer os infindáveis pantanais da Baixada fluminense, em busca do desconhecido quase insondável, o desbravador põe-se em marcha e se “embrenha no emaranhado das matas seculares” onde a zoologia surpreende o civilizador com os mais variados espécimes que o empolgam, fazendo-o estacar em êxtase, para meditar, ante os segredos atraentes da Natureza, na jornada de grandes aventuras<sup>450</sup>.

A natureza aqui aparece como um bravio desconhecido ao qual o gênio colonizador não se dobrou. Pelo contrário, “*caminhos foram projetados para a penetração evolutiva, na conquista do vale do Paraíba. Ao desbravador não intimidavam as feras indomáveis, o mistério das densas matas e o selvícola valente que, um dia, lhe seria o fiel companheiro-guia nas arrancadas colonizadoras*”<sup>451</sup>.

Valença era um sertão “*desconhecido e ignorado. Sertão bruto de maravilhosos aspectos, cenários deslumbrantes e natureza virgem. Com os seus arvoredos imponentes transudando vida na exuberância da seiva e da clorofila, em sorrisos verdes, sob o céu fluminense, o sertão de Valença canta o poema cósmico das grandes forças da Natureza*”<sup>452</sup>.

Eis então que surge aí um grupo forte que “*em futuro não remoto*” constituiria “*o poderio rural, fonte inesgotável de imensas riquezas de um grande império*”<sup>453</sup>.

Quem mais se dedicou a desenvolver uma interpretação geográfica da história fluminense foi Alberto Ribeiro Lamego. Em seu primeiro trabalho, aquele que abordou a região onde nasceu – Campos dos Goytacazes –, o autor expressou um dos seus objetivos, mantidos nos demais. Objetivava Lamego Filho “*mostrar a vitoriosa tenacidade de um grupo étnico brasileiro sobre o meio físico, desmentindo a apregoada inadaptabilidade do europeu a climas tropicais com uma acelerada evolução cultural ininterrupta*”<sup>454</sup>.

A longa citação que se segue é justificada para que fique expressa sua visão da relação homem-meio:

Para todos esses que, retardatariamente assim opinam a região de Campos é uma contradição flagrante. Um simples olhar à carta que acompanha este trabalho no-la apresenta em sua chocante realidade. Uma pequena Finlândia tropical.

Centenas de lagoas, de brejais e alagadiços; do banhado imenso à insignificante poça, depressões sem conta; pântanos que recebem lavouras na estiagem e que as

<sup>450</sup> Leoni Lório, *op. cit.*, p. 7

<sup>451</sup> *Idem.*, p. 7.

<sup>452</sup> *Idem.*, p. 8

<sup>453</sup> *Idem.*, p. 11

<sup>454</sup> Alberto Ribeiro Lamego. *O homem e o brejo...* p. XXIII

afogam em tempos de águas tremendais perenemente inacessíveis, baixadas atoladiças; charcos intermitentes chupados pelos alísios e que se alagoam sob as chuvaradas, invadindo culturas; atoleiros barrando estradas; lamaçais engolindo o gado; o Paraíba transbordante e devastador, galgando as ribanceiras, espriando-se pelas pastarias, assolando canaviais, destruindo habitações, esgalhando-se em torrentes de rumo incerto, ao sabor de caminhos de água evanescidos num velho delta fossilizado; a malária, a ancilostomíase, as endemias latentes...

No meio de tudo isso, o homem isolado. Sozinho durante trezentos anos. A princípio, como companheiro o índio insociável, o tapuio tremendo. Quando saía do brejo, entrava na floresta ao norte e a oeste. Se marcha para leste e para o sul, estaca na Lagoa Feia ou enterra-se no deserto das restingas que o afasta do mar.

[...] neste meio inferior, o homem pode apresentar-lhes como resultados de seu teste, entre outros dados convincentes, os seguintes: uma das maiores cidades do Brasil interior, maior que várias capitais de Estados – levantada entre paúis. Dezesete usinas de açúcar com uma produção média anual de dois milhões de sacos. Trezentos quilômetros de estradas de ferro de serviço público e mais outros tantos de linhas agrícolas e particulares. E, envolvendo em proliferação crescente, o município brasileiro de maior população com seus trezentos mil habitantes definitivamente estabilizados<sup>455</sup>.

Da mesma forma que o meio foi vencido no brejo, também o foi na restinga – a atual região dos lagos –, na serra – toda a região central e margeante ao rio Paraíba –, e na Guanabara onde “*toda a civilização da terra fluminense nasceu... [e] dela se irradiou e até hoje tem ela sido a centralizadora das suas atividades*”<sup>456</sup>. Lamego Filho, geólogo de formação, em suas quatro obras realizou um trabalho de geo-história. Seu referencial é Elisée Reclus, de onde buscou o modelo de divisão do trabalho em três partes: a terra, o homem e a cultura<sup>457</sup>. Para analisar a história das regiões que delimitou, usou a rica biblioteca de seu pai, Alberto Lamego, que reunira, durante sua estada na Europa (1908-1920), uma vasta coleção de documentos e livros raros especialmente sobre a terra fluminense. Seguindo as perspectivas da geografia francesa, dividiu o trabalho utilizando a noção de região que fugia aos marcos administrativos. As regiões englobavam vários municípios que possuíam uma unidade geológica, geográfica e histórica. Daí o *Homem e a Serra* abranger 33 municípios, abarcando desde Resende, Vassouras e Valença, no sudoeste do estado, até Natividade e Porciúncula, no noroeste fluminense.

Há, no momento analisado, duas opções para a definição dos limites espaciais dos estudos em questão. A grande maioria trabalha com os marcos territoriais que conferiam unidade administrativa aos municípios. É certo que, ao utilizar-se os marcos

<sup>455</sup> *Idem.*, p. XXIX e XXX.

<sup>456</sup> Alberto Ribeiro Lamego. *O homem e a Guanabara...* p. 15.

<sup>457</sup> Diogro Pereira das Neves Souza Lima et alli. *Diálogo entre o olhar geográfico brasileiro e a geografia de Élisée Reclus*. [http://www.igeo.uerj.br/WICBG/Eixo3/E3\\_011.htm](http://www.igeo.uerj.br/WICBG/Eixo3/E3_011.htm). acessado em 13/07/2007.

vigentes no momento de seus estudos, esses autores não apagavam a noção da construção histórica do espaço. Ao remontar aos princípios do desbravamento e ocupação do território, à criação da primeira paróquia, à instituição da vila que originara o município estudado, referendava-se que em cada momento desses o seu território era outro. Maior ou menor conforme fosse o caso dos desmembramentos ou anexações que, ao longo do tempo, tivessem ocorrido pela conjuntura de forças políticas que atuaram na constituição do município. Esses autores tinham a noção de que o espaço era historicamente construído.

Outro objetivo da análise da história dos municípios era destacar a sua importância no cenário estadual e nacional. Luiz Palmier, por exemplo, afirmava que o município que estudava era *“bem o retrato do Brasil, grandioso, rico e ubérrimo, na miniatura do pequenino município de São Gonçalo não menos formoso, rico e fértil, nos limites intransponíveis de uma das menores circunscrições brasileiras, parte integrante da grande Pátria”*<sup>458</sup>.

Os ensaios de Alberto Ribeiro Lamego, por seu turno, não esqueciam as delimitações administrativas – na segunda parte dos estudos “O homem”, o autor dedicava tópicos a cada uma das municipalidades que compunham a região analisada – mas havia maior atenção a promover uma interpretação generalizante do processo histórico na região delimitada. No caso do Brejo, a sociedade açucareira; no caso da Restinga, a sociedade salineira; e no caso da Serra, a sociedade cafeeira. A Guanabara era o centro político e cultural da *“civilização fluminense”*, que englobava a cidade do Rio de Janeiro.

Em ambos os casos os autores constroem uma imagem do fluminense vigoroso conquistador da terra ao meio pouco propício. Leoni Iório e Alberto Ribeiro Lamego trabalhando com regiões diferentes – Valença, localizada no Vale do Paraíba, e Campos no norte do estado – apresentam ideias comuns em que o colonizador, fosse ele o luso ou o colono em expansão, deparara-se com um meio natural pouco propício para seu estabelecimento, mas que, sem esmorecer, conquistou-o e transformou-o em seu benefício, construindo aí regiões prósperas.

---

<sup>458</sup> Luiz Palmier., *op. cit.*, 47.

#### 5.4.4 - Ciências auxiliares?

O fazer historiográfico do grupo em questão não compartimentava e hierarquizava os saberes na construção do texto histórico. Era consenso que um texto historiográfico tinha de ser baseado em fontes documentais e também que a análise estava balizada pelo tempo e pelo espaço. Havia, no entanto, uma perspectiva em que o texto histórico agregava outros elementos que permitiriam construir uma imagem do objeto de pesquisa.

As apropriações da geografia já foram, em parte, apresentadas. Além da construção da imagem de que os aspectos físicos construam os meios materiais para ocupação do espaço, a geografia apresentava as potencialidades locais.

Luiz Palmier apresentava São Gonçalo nos seguintes termos:

É privilegiada, no estado do Rio de Janeiro, a situação do município de São Gonçalo. Ocupando estreita faixa na orla do Atlântico entre a barra de Piratininga e o maciço granítico de Itacoatiara, natural divisa com Itaipú-Assú, espalha-se na região central, por vales e montanhas, até as serras de Calaboca, Serrinha e Itaintindiba, linhas divisórias com Maricá e Itaboraí, até alcançar a baía de Guanabara, desde o rio Guaxindiba até o rio Bomba<sup>459</sup>.

A hidrografia local, por exemplo, conferia-lhe uma potencialidade sem igual:

A baía de Guanabara, com os 20 quilômetros compreendidos no litoral de São Gonçalo, abundante em peixes, vazadouro natural dos principais rios, com as enseadas pitorescas, praias encantadoras, ilhas de proporções várias, portos em grande número, é inesgotável manancial de riqueza e a contribuição de maior valia, em águas, com que a natureza poderia dotar o município. Além dessa jóia, engastada no diadema das preciosidades da natureza pródiga, são ótimas as condições em relação ao regime das águas. Rios e lagoas fertilizam as terras de todos os distritos<sup>460</sup>.

Rio Bonito era apresentada pelo médico Roberto Pereira dos Santos como um oásis de salubridade em um cenário de epidemias da baixada fluminense:

O município de Rio Bonito faz parte desta vasta região do estado do Rio de Janeiro, de terras ubérrimas e ainda não convenientemente exploradas, conhecidas sob a denominação de serra abaixo ou baixada fluminense.

---

<sup>459</sup> *Ibid.*, p. 47.

<sup>460</sup> *Ibid.*, p. 50.

O transbordamento dos rios que cortam esta imensa planície, e a deficiente drenagem dos mesmos, são as causas primordiais que se adicionam e conspiram contra a salubridade e o bom nome desta fértil região. Mas o problema já foi compreendido e em futuro não remoto com a desobstrução dos rios, [...] deixará de ser o inferno verde para transmutar-se em dádiva opulenta de suas ribeiras qual novo Egito Fluminense.

Embora fazendo parte integrante dessa baixada, o município de Rio Bonito é, entretanto, o menos baixo dentre seus irmãos, e sua topografia, toda especial, com diversas montanhas a lhe escrespem o relevo, empresta-lhe tal clima, que já lhe grangeou o epíteto significativo de *pérola da Baixada*<sup>461</sup>.

A estatística era um outro dado importante na configuração do texto histórico. Faziam eco as palavras de Teixeira de Freitas nos estudos analisados: “*Faça o Brasil a estatística que deve ter e a estatística fará o Brasil como deve ser*”<sup>462</sup>. Os dados estatísticos eram importantes para traçar o perfil local. Benedito Jordão de Souza reunia dados estatísticos aos dados históricos ou, em suas palavras, “*nele procurei coligir fatos de nossa história, em sua grande maioria já veiculados por outros autores, e alguns dados estatísticos, reunindo-os em um só volume onde o manuseio fácil pudesse tornar os fatos angrenses mais conhecidos*”<sup>463</sup>.

Os dados estatísticos organizados como coletânea nesses estudos normalmente reuniam informações do século XX sobre os mais variados aspectos: produção econômica, saúde, educação, transportes, abastecimento de água, fornecimento de luz e telefonia, entre outros. Tais dados configuravam a situação local no momento em que eram escritos. Apresentando a estatística comparativa de dados de várias agências, intentava-se mostrar o progresso local. Serviam para demonstrar as áreas em que o município havia progredido e aquelas em que deveria investir. A história e a estatística formavam um elo de continuidade. A estatística era a culminância do processo histórico.

A biografia e a genealogia eram outros saberes associados ao texto histórico. Biografavam-se políticos, médicos, advogados, sacerdotes, farmacêuticos, professores, jornalistas, comerciantes, enfim, filhos ilustres da localidade. Construía-se assim a imagem de relevância para a cidade pelos personagens que se destacaram em vários campos, fosse por sua produção política, econômica, científica ou cultural. Os estudos genealógicos voltavam-se para as grandes famílias locais, conferindo-lhes uma tradição que remontava aos tempos originais.

---

<sup>461</sup> Roberto Pereira dos Santos, *op. cit.*, p. 11.

<sup>462</sup> *Apud.* Benedito Jordão de Souza, *op. cit.*, p. 5.

<sup>463</sup> *Ibid.*, p. 5.

Por fim, eram incluídos textos em prosa e verso de autores locais, fossem eles sobre a localidade ou não. Tal inclusão visava demonstrar o estágio da produção literária local como indício de progresso.

Geografia, estatística, biografia, genealogia e literatura não eram consideradas ciências auxiliares da história mas sim saberes constituidores da análise histórica. Todos estavam associados na definição de uma identidade local.

## 5.5

### Quem era o fluminense?

Era essa a pergunta que os historiadores analisados almejavam responder em seus estudos, definindo as identidades locais: o niteroiense, o gonçalense, o vassourense, o campista etc.

A demarcação do início das histórias locais a partir do momento em que o colonizador – fosse ele português, fosse ele o colono americano – chegava à região, permite-nos fixar a primeira imagem que eles buscavam construir: o conquistador das terras, dos homens e das almas.

A imagem do conquistador do meio já foi apresentada em item anterior, através das citações de Leoni Iório e Alberto Ribeiro Lamego, mas vale demonstrar como era uma constante nesses escritos. Dos primeiros tempos da colonização teria surgido São Gonçalo, segundo Luiz Palmier:

A proximidade de Niterói e do Rio de Janeiro, através das enseadas da Baía de Guanabara, colocou sempre o território de São Gonçalo acessível aos colonizadores e invasores.

Não foi conquista de maior valia o domínio das terras marginais da baía até o rio Guaxindiba e mesmo a posse do litoral atlântico até Itaipú-Assú.

Terras em abundância ainda restavam aos conquistadores e, embora defendidas, palmo a palmo, pelo gentio, ambicionadas pelos franceses, não mereciam sacrifícios maiores dos possuidores das sesmarias ou donatários de capitânias<sup>464</sup>.

Conquistadores e defensores das terras interiorizaram-se nos séculos XVII e XVIII. Já em finais do século XVIII, Cantagalo teria sido conquistada não mais aos

<sup>464</sup> Luiz Palmier, *op. cit.*, p. 16.

nativos, mas a um grupo de bandoleiros, garimpeiros que fugiam ao controle da Coroa portuguesa:

A denominação de Cantagalo vem do tempo do governo do vice-rei Luiz de Vasconcelos e Souza, e a sua data de 1786...

Os índios Coroados e Goitacazes dominavam nas montanhas que partem em franco declínio para leste, até o vale do Paraíba; não obstante essa horda de selvagens ferozes, numerosos contrabandistas ou garimpeiros invadiram os sertões, expulsando o gentio, estabelecendo nas nascentes do rio Macacú, em sítios que lhes pareciam mais cômodos e exploráveis, as suas habitações e lavouras.

Por longo tempo os garimpeiros chefiados pelo bandoleiro português Manuel Henriques, mais conhecido pela alcunha de Mão de Luva, lavraram clandestinamente os córregos afluentes dos rios Macuco, Negro e Grande.

Havendo tais notícias chegado ao conhecimento do vice-rei D. Luiz de Vasconcelos, foi por uma ordem real mandado evacuar todo o elemento aventureiro daquele vasto sertão, pela tropa de Minas Gerais, com ordem expressa de prender todos quantos fizessem o contrabando do ouro<sup>465</sup>.

Para Acácio Ferreira Dias, a história de Cantagalo se iniciou pela conquista colonizadora da região e não pelo grupo do Mão de Luva, por ele tratado como bandoleiro. A história do Mão de Luva faria parte de uma “tradição”, uma “lenda” local. Manoel Henriques seria na verdade o duque de Santo Tirso, enamorado da princesa que viria a ser D. Maria I. O contrabandista era um daqueles envolvidos na conspiração contra o Marquês de Pombal, que, descoberto o motim, foi degredado no Brasil. Ao partir para o exílio, a princesa lhe entregara uma luva que deveria ser usada em sua mão direita até que ela se tornasse rainha e o levasse de volta ao reino para viverem juntos.

Conquistadores de almas, como demonstra Toledo Piza ao definir a origem de Itaocara pela missão capuchinha em São Fidélis:

É que em São Fidélis foi lançado, por assim dizer, o primeiro marco da fundação da Aldeia da Pedra. Ali é que os missionários capuchinhos, diante das desinteligências, dos ódios e ressentimentos entre os Purís e os Coroados, sentiram necessidade de fundar nova aldeia, nova povoação que pudesse recolher, chamando-os ao meio civilizado, aqueles índios<sup>466</sup>.

A obra colonizadora era indissociável da questão religiosa. Luiz Palmier afirmava que a primeira demonstração da atividade do colonizador era “*a capela, célula inicial da embrionária aldeia, freguesia, vila ou cidade*”<sup>467</sup>.

<sup>465</sup> Acácio Ferreira Dias, *op. cit.*, p. 3-4.

<sup>466</sup> Toledo Piza, *op. cit.*, p. 11.

<sup>467</sup> Luiz Palmier, *op. cit.*, p. 17.

Tal imagem conquistadora diferia daquela construída por Oliveira Vianna ainda na década de 1910<sup>468</sup> e por ele retomada ao apresentar a obra inicial de Alberto Ribeiro Lamego, *A planície do Solar e da Senzala*, de 1934<sup>469</sup>.

Naquele texto, o sociólogo firma a identidade da região Centro-Sul do país, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, através de um corte rural e aristocrático. Destes, o fluminense seria o menos característico rural pela atração que a vida urbana da Corte lhe imprimia:

São mais finos, mais polidos, mais socialmente cultos pela proximidade, convívio e hegemonia da Corte, cuja ação como que os absorve e despersonaliza. [...] [O] caráter regional dos fluminenses não é tão nitidamente discriminável como o dos paulistas e dos mineiros. Os traços comuns desse grupo são um tanto fugidios e vagos. Não se delineiam, não se precisam, não se fixam. É que o fluminense é, na verdade, uma transição social: transição, ao sul, entre o tipo urbano propriamente dito, que habita a Corte, e o tipo rural, o genuíno caipira das matas, o grande latifundiário, que agricultura o planalto, em São Paulo e Minas<sup>470</sup>.

O desenvolvimento dessas ideias leva à melhor caracterização da “*psicologia social do fluminense*” no prefácio citado. Ao apresentar a obra de Lamego Filho, valorizava o “*cientista social*” nascente que fazia um brilhante trabalho de análise de um “*sub-grupo*” do fluminense, o campista. Oliveira Vianna, nesse texto, definia a identidade fluminense em contraponto aos outros grupos regionais brasileiros. Diferentemente dos paulistas, gaúchos e nordestinos, que, em tempos coloniais, tiveram de conquistar, à força da guerra, suas terras dos nativos, “*nós, os fluminenses, nunca tivemos necessidade de manejar armas*”. O fluminense teve sempre “*as duas mãos inteiramente livres, e as pode aplicar, exclusivamente no pastoreio dos seus gados, no desbaste das suas florestas, na sementeira dos seus campos, na ceifa dos seus canaviais, na colheita dos seus cafezais*”. Construiu, assim, “*uma civilização de estrutura essencialmente agrária*”, que lhe conferiu uma especificidade, uma identidade, no conjunto das sociedades regionais que compunham o Brasil. E esta civilização “*no sentido mais espiritual da expressão*”, era caracterizada pela “*expressão de polimento, de boas maneiras, [...], da suntuosidade, da predileção pelas coisas do espírito, pelas belas artes, pelas boas letras, pela sociabilidade amável e requintada*”.

<sup>468</sup> Oliveira Vianna. **Populações Meridionais do Brasil**. vol. I. Populações do centro-sul. [1918]. 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Eduff, 1987.

<sup>469</sup> Oliveira Vianna. “Prefácio”. In: Alberto Ribeiro Lamego. **A planície do Solar e da Senzala**. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1934. p. I-VIII. Todas as citações que seguem estão neste texto.

<sup>470</sup> Oliveira Vianna. **Populações...** p. 56.

*dos salões*". Era o "*mais europeizado dos nossos tipos*", o que mais havia sofrido influências do ultramar, neste caso, dos europeus, e, por isto, compartilhou sua faustosidade. Este compartilhamento de valores agiu de "*maneira nociva sobre as suas características etnográficas*". Uma civilização que conheceu seu apogeu durante o Império, com a aristocracia de Vassouras, e que, com a desorganização da sociedade escravocrata, entrou em declínio. Declínio não só econômico, mas também identitário, pois

[...] o seu folclore é pobre, os seus 'complexos culturais' instabilíssimos. Faltava-lhe a caracterização viva e nítida, a estabilidade etnográfica do grupo nordestino e do grupo gaúcho, por exemplo. O seu excesso de civilização como que o despersonaliza sobre este aspecto e torna-o, de certo modo, incharacterístico e flutuante.

A desestruturação da civilização agrária desestabilizou os valores que o sustentavam:

Destruídos com a abolição do trabalho servil, os centros aristocráticos de elaboração e fixação folclórica, essas nossas antigas tradições, costumes, superstições, crenças, cantares e danças populares, etc., não encontraram na massa popular nova base que lhe pudesse assegurar condições de permanência e vitalidade.

e, assim, o fluminense perdera sua identidade. Visão diferente daquela defendida por Antônio Lamego, citada anteriormente. Para ele, a identidade local não se perdera por ser ela firmada no íncola. Tanto o sociólogo como o poeta tinham em comum a ideia de que a identidade local estava firmada no campo, nas atividades rurais. Mas a referência para os historiadores que produziram entre as décadas de 1930 e 1950 era Oliveira Viana, de quem se apropriava os principais argumentos.

Memória de uma Idade de Ouro, que resgata os valores aristocráticos rurais como os elementos fundamentais da identidade fluminense, era uma dessas ideias. Desprezavam-se as identidades dos outros grupos, "os populares" que não teriam um folclore constituído. Era do Vale do Paraíba que vinha a base de sustentação da civilização agrária e, com sua desagregação, a população fluminense teria perdido sua identidade, segundo Oliveira Vianna.

O sentido da história fluminense então era o recuperar a época do fausto e apresentar a identidade local. Observamos que os elementos indicados por Oliveira Vianna como essenciais na caracterização desse grupo persistem nas obras dos

historiadores seguintes: o agrarismo, a valorização do período imperial, a aristocratização de valores etc.

Se a Idade de Ouro teria sido o Império, todas as suas unidades componentes, os municípios, teriam sido responsáveis por ele.

Acácio Ferreira Dias afirmava que

Cantagalo, nesse tempo [1840], havia chegado ao auge de sua prosperidade econômica e comercial, era o farto celeiro da terra fluminense; o seu nome fastigioso projetava-se através das fronteiras nacionais, sendo conhecido na Europa como um centro formidável de atividade, de esforço humano e de produção<sup>471</sup>.

Luiz Palmier chegava a declarar que o fausto da época imperial teria sido resultado da sua São Gonçalo:

O café é a maior exploração agrícola do Brasil. Dos cafezais originários de São Gonçalo e Resende promanam as maiores fortunas do país. Dessa riqueza o tesouro nacional hauriu milhões de contos, com que fez irradiar o progresso, através de todos os Estados. A opulência e o renome econômico da antiga província do Rio, que representa a tradição de orgulho dos fluminenses, ao lado do prestígio, valor cultural e moral dos seus estadistas, foi consequência da cultura intensiva dessa rubiácea, explorada nas terras virgens dos nossos vales e montanhas. [...] o café incorporou-se à economia gonçalense. A iniciativa do padre João Lopes garantiu à freguesia de São Gonçalo a glória maior de ser, em terras do interior, o berço da maior riqueza agrícola do Brasil Império<sup>472</sup>.

Neste contexto esplendoroso, a capital da província, Niterói, transformara-se em um centro de civilização:

Por tudo e pela civilização Niterói chegou mesmo a alcançar notoriedade pelo meio intelectual e artístico que apresentava. Nela viviam grandes vultos de nossa arte e de nossas letras, e nela se acolhiam estrangeiros ilustres que a procuravam por preferi-la à própria cidade da Corte<sup>473</sup>.

Mas nenhuma região se igualava a Vassouras. “*A opulência de Vassouras*” é como Ignácio Raposo abre um de seus capítulos, tendo como sub-títulos “*o gosto pelo teatro, o movimento noturno, o chique vassourense, a literatura nos engenhos, novos estabelecimentos de ensino*”. Cronologicamente esse autor acentuou que

<sup>471</sup> Acácio Ferreira Dias, *op. cit.*, p. 147.

<sup>472</sup> Luiz Pamier, *op. cit.*, p. 25-26.

<sup>473</sup> Antônio Figueira de Almeida, *op. cit.*, p. 65.

O ano de 1857 que foi o do triunfo econômico de Vassoura, foi também o da elegância, mesmo porque não se pode compreender que em tempos de dificuldades existam pompas em alguma parte.

Até 1864 essa febre de luxo aumentou, começando a estacionar certo tempo depois<sup>474</sup>.

Era consenso entre esses historiadores a causa da ruína desta sociedade: a abolição dos escravos. Leoni Iório, por exemplo, destacava a inaptidão dos ex-escravos ao trabalho livre e a ausência de braços para o soerguimento da lavoura valenciana:

Os escravos mais vivos, atraídos pelas construções dos grandes centros, deixaram as fazendas; os que ficaram, tornaram-se colonos, parceiros. Mas, faltavam-lhes as aptidões do homem livre e autônomo. O cativo os atrofiara...

E a lavoura valenciana, desaparelhada, caía ante a crise resultante da abolição e deste modo os antigos e belos cafezais das margens do Paraíba transformaram-se em vastas pastagens com sacrifício das rendas e da riqueza pública<sup>475</sup>.

Durante toda a Primeira República, os dirigentes do estado do Rio de Janeiro construíram o discurso de que a abolição e a instauração do regime republicano promoveram a desorganização da economia e foram responsáveis pela secundarização política do estado no cenário nacional. Tais ideias consolidaram-se nessa produção, que reafirmava o discurso da Idade de Ouro imperial. Tal situação só estaria sendo superada com o contexto das décadas de 1940 e 1950, momento esse em que a economia estava sendo reorganizada nas bases “*vocacionais do estado*”. O mesmo Leoni Iório, em outra parte de seu trabalho, afirmava que eram as atividades agro-pastoris, incluindo aí as indústrias de beneficiamento dessa produção, aquelas que davam sustentação à economia valenciana no início da década de 1950.

Relativamente à produção agrícola, a plantação de cana de açúcar ainda merece algum destaque na economia do município. A indústria da aguardente, conquanto tenha sofrido sensível baixa nestes últimos anos, não deixa de revelar um futuro promissor [...]

A pecuária constitui hoje a principal fonte de riqueza rural do município. [...]

A indústria de laticínios é uma das maiores fontes de renda do município. Existem, atualmente, no município, em funcionamento 17 fábricas de queijo e manteiga, e, em franca prosperidade, 4 cooperativas agropecuárias e 1 de laticínios exclusivamente<sup>476</sup>.

<sup>474</sup> Ignácio Raposo, *op. cit.*, p. 119.

<sup>475</sup> Leoni Iório, *op. cit.*, p. 198.

<sup>476</sup> *Idem.* p. 203.

Para meados da mesma década afirmava Manoel Erthal, em relação a Bom Jardim: “O município de Bom Jardim é agrícola e é, pois, na agricultura que se alicerça toda a sua economia”<sup>477</sup>. Nem mesmo aquele que fora considerado a “Manchester Fluminense”, São Gonçalo, fugia àquela sentença. Luiz Palmier afirmava que “a exploração da terra é a maior riqueza do município”<sup>478</sup>. Dentre os principais produtos agrícolas locais a laranja ocupava lugar de primazia: “a laranja é para São Gonçalo o que o cacau é para a Bahia, o café para São Paulo, o algodão para o Nordeste, a cana de açúcar para Pernambuco ou Campos, e a própria laranja para a Califórnia ou Nova Iguaçu”<sup>479</sup>.

## 5.6

### Historiadores e histórias fluminenses

Ao concluir este capítulo, gostaríamos de ressaltar alguns aspectos em relação àqueles que se dedicaram a escrever a história fluminense entre as décadas de 1930 e 1950 e à forma como o faziam.

Esses historiadores, forjados em um fazer prático consensual do que seria a produção historiográfica no período, expressavam, em suas trajetórias e suas produções, a idéia de que o Estado era o principal agente de construção social. Como foi descrito, na primeira parte, inúmeros desses intelectuais aproximaram-se das esferas do poder no estado, fossem elas as municipais ou estaduais, executivas ou legislativas. Mesmo aqueles que não faziam parte da máquina administrativa mantinham tal crença em suas produções ao entronizar o estado e seus atos como promotores das histórias locais e regionais. Tal concepção de história associava-se às expectativas do grupo político que se estabeleceu no período que procurava construir uma auto-imagem de restaurador do prestígio político e do desenvolvimento econômico estadual frente ao cenário nacional. Essa construção, como vimos no capítulo anterior, era alicerçada no discurso de resgate do que se considerava como tradições e vocações locais. Neste ponto é compreensível a prática de incentivo público às publicações das histórias municipais. Conhecê-las, para além de ser considerada uma valorização das tradições, era o meio de se conhecer as

<sup>477</sup> Manoel Erthal, *op. cit.*, p. 73.

<sup>478</sup> Luiz Palmier, *op. cit.*, p. 116.

<sup>479</sup> *Ibid.*, p. 118.

vocações econômicas e culturais locais que consolidariam a política cultural da administração fluminense.

A construção do conhecimento histórico, neste período, partia muito mais de um consenso do que se supunha ser o fazer historiográfico, mais pela prática do que por uma reflexão teórica. Tal consenso era construído por suas inserções nas instituições culturais locais. Eram Grêmios, Ateneus, Cenáculos, Academias e Institutos Históricos que, através de suas solenidades e da celebração das obras dos pares, consolidavam as práticas historiográficas do período. Dessa forma eram fixados os corpos documentais prioritários, estabeleciam-se as temáticas, as periodizações e definiam-se os recortes espaciais e o lugar das outras ciências na construção do conhecimento histórico. Se pudemos encontrar práticas antiquárias e orientações da produção rankeana e metódica, por outro lado esses autores buscavam fontes até então inéditas e um diálogo interdisciplinar, em especial com a geografia lablachiana.

Nesse esforço fixava-se a identidade local. Priorizou-se, no período, a construção das histórias locais ensejadas pelas efemérides cinquentenárias e centenárias. No entanto, esses estudos não se perdiam no localismo. Seus autores procuravam demonstrar a contribuição local para o estado e para o país. A pequena pátria não estava dissociada da grande pátria. Por isso, eram ressaltadas as características guerreiras/conquistadoras e agrícolas locais. O fluminense era um guerreiro que através do labor agrícola construía a riqueza do Brasil Império. E tal característica, para usarmos um conceito de Oliveira Vianna, a sua “*psicologia social*”, estava expressa nas várias unidades que compunham o estado e na memória coletiva que deveria ser resgatada para viabilizar o processo de desenvolvimento político e econômico então vivenciado sob a égide do amaralismo.